



Campus Universitário de Viana
Universidade Jean Piaget de Angola
(Criada pelo Decreto n.44-A/01 de Julho de 2001)

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

MONOGRAFIA

**O INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO COMO FONTE DE
CRESCIMENTO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DE
ANGOLA, PERÍODO DE 2008 A 2013**

Autor: Manuel Paulo André

Licenciatura: Economia e Gestão

Opção: Economia e Desenvolvimento

Orientador: Prof.Msc. Joao Ngenda Kika

Viana, Junho de 2016



Campus Universitário de Viana
Universidade Jean Piaget de Angola
(Criada pelo Decreto n.44-A/01 de Julho de 2001)

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

MONOGRAFIA

**O INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO COMO FONTE DE
CRESCIMENTO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DE
ANGOLA, PERÍODO DE 2008 A 2013**

Estudante: Manuel Paulo André

Licenciatura: Economia e Gestão

Opção: Economia e Desenvolvimento

Esta Monografia foi realizada em Luanda, no período compreendido de Outubro de 2014 a Junho de 2015 com o apoio dos dados do INE, e dos resultados das investigações feitas pelas instituições financeiras internas e internacional.

EPÍGRAFE

«O capitalista não paga o salário real ao seu subordinado, os mesmos são obrigados a trabalhar pela força das suas necessidades (tortura da fome)». Karl Marx

DEDICATÓRIA

Em especial dedico este trabalho à pessoa que sempre esteve presente em todas as etapas da minha vida, meus pais Manuel André Neto e Maria Afonso Paulo Júnior, bem como a minha querida e amada esposa Domingas A. C. Sebastião André e os meus filhos, Emanuel André, Aurora André, António Ozeny S. André.

AGRADECIMENTOS

Os meus sinceros agradecimentos vão a todas as pessoas que contribuíram directa ou indirectamente para a realização deste trabalho.

Agradeço o meu orientador **Pof.Msc. João Ngenda Kika** pela sua valiosa contribuição, críticas e sugestões para melhorar o meu trabalho, bem como ao senhor, Lambi Manuel Pedro Cano, Paulino Ricardo Mota quadro técnico da empresa SACCIR que me proporcionou informações valiosas para a realização deste trabalho.

Um agradecimento especial a todos os funcionários do Banco BIC , INE e aos representantes do AICP que contribuíram no dia-a-dia dando-me conhecimentos para a minha formação académica.

Quero agradecer ainda, aos Professores da Universidade Jean Piaget de Angola pela dedicação e profissionalismo na transmissão de conhecimentos.

Para finalizar agradecer a Deus por me ter dado motivação e ânimo na realização deste trabalho e à minha família, amigos, colegas em especial aos meus pais, Manuel André Neto e Maria Afonso Paulo Júnior, bem como a minha querida e amada esposa Domingas A. C. Sebastião André e aos meus filhos Emanuel André, Aurora André, António Ozeny S. André, pelo empenho e sacrifício que desinteressadamente colocaram ao serviço da minha formação.

DECLARAÇÃO DE AUTOR

Declaro que este trabalho escrito foi levado a cabo de acordo com os regulamentos da Universidade Jean Piaget de Angola (Unipiaget) e em particular das normas orientadoras de preparação e elaboração da monografia emanada pelo Departamento de Altos Estudos e Formação Avançada (DAEFA). O trabalho é original excepto onde indicado por referencia especial no texto. Quaisquer visões expressas são as do autor e não representam de modo nenhum as da Uni Piaget. Este trabalho, no todo ou em parte, não foi apresentada para avaliação noutras instituições de ensino superiores nacionais ou estrangeiras.

Normas ISO 690.....

Normas APA (6ªEdição)

Assinatura: _____ Data: ____/____/____

ABREVIATURA

ANIP - Agência Nacional de Investimento Privado

EMNs - Empresas Multinacionais

FMI - Fundo Monetário Internacional

GAT - Acordo Geral Sobre Tarifas Alfandegárias

IDE - Investimento Directo Estrangeiro

INE - Instituto Nacional de Estatísticas

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IPA - Índice de Produção Industrial

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMC - Organização Mundial de Comercio

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

SNA – Serviço Nacional das Alfândegas

U.E - União Europeia

UNCTAD - *United Nations Conference on Trade and Development*

ZEE - Zona Económica Especial

RESUMO

O presente trabalho aborda o percurso histórico da economia Angolana e a influência dos Investimentos Estrangeiros Direito/IDE no processo do crescimento e de desenvolvimento económico de Angola bem como a internacionalização da economia Angolana. Portanto, foram observados os fluxos mundiais de IDE, a legislação Angolana que regulamenta a entrada de IDE no país. Realizou-se, então, uma análise da entrada de IDE e do crescimento dos sectores da economia Angolana no período de 2008 a 2013, observando se há relação directa entre eles. No final, concluiu-se que os dois factores analisados estão ligados, porém, o crescimento da economia nacional influencia mais na entrada de IDE do que o contrário. Outros factores que influenciam a entrada de IDE e o crescimento interno foram apontados, sugerindo maiores investimentos nacionais como forma de atrair IDE a fim de ampliar o comércio internacional e obter mais desenvolvimento tecnológico. As razões que levaram a este estudo são a observância da existência de uma entrada significativa destes investimentos, querendo-se analisar o seu contributo para com a sociedade e o seu papel no desenvolvimento de Angola. O objectivo é conhecer a importância do IDE no crescimento e no desenvolvimento de Angola, o seu destino e os sectores prioritários e conhecer a sua contribuição para os indicadores de desenvolvimento. A metodologia adoptada é o estudo de caso numa pesquisa descritiva exploratória. Os resultados apontam que o IDE teve um aumento ao longo dos anos 2003 até 2008 e que, Angola sendo um país fortemente dependente do exterior, o IDE contribui fortemente para o crescimento do PIB e o índice de desenvolvimento do país.

Palavras-chave: Angola; Desenvolvimento; Crescimento; Investimento Directo Estrangeiro.

ABSTRACT

This paper discusses the historical development of the Angolan economy and the influence of the Foreign Investment Law / FDI in the process of growth and economic development of Angola and the internationalization of the Angolan economy. So it was observed global FDI flows, the Angolan laws governing FDI into the country. Held, then an analysis of FDI inflows and growth of the Angolan economy sectors from 2008 to 2013, noting if there is a direct relationship between them. Finally, it was concluded that the two factors analyzed are linked, however, the growth of the national economy affects more FDI inflows than otherwise. Other factors influencing FDI inflows and domestic growth were pointed, suggesting greater domestic investment in order to attract FDI in order to expand international trade and further technological development. The reasons that led to this study are to observe the existence of a significant inflow of investments, wanting to analyze their contribution to society and their role in the development of Angola. The objective is to know the importance of FDI in the growth and development of Angola, its destination and the priority sectors and meet their contribution to the development of indicators. The methodology is the case study of a descriptive exploratory research. The results show that FDI had increased over the years 2003 to 2008 and that Angola is a heavily dependent on foreign country, FDI contributes strongly to PIB growth and the country's development index.

Keywords: Angola; Development; Growth; Foreign Direct Investment

Índice Geral

Epígrafe-----	I
Dedicatória-----	II
Agradecimento-----	III
Declaração de Autor-----	IV
Abreviatura-----	V
Resumo-----	VI
Abstract-----	VII
Índice de Gráfico e Figuras-----	XI
Índice dos Quadros-----	XII
Índice das Tabelas-----	XIII
INTRODUÇÃO-----	01
1-OBJECTIVO DO ESTUDO-----	02
OBJECTIVO GERAL-----	02
OBJECTIVO ESPECÍFICOS-----	02
2-IMPORTÂNCIA DO ESTUDO-----	03
3-DELIMITAÇÕES E LIMITAÇÕES DO ESTUDO-----	04
4-DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS-----	04
CAPÍTULO I FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICO CIENTÍFICA-----	07
1-HISTÓRIA DOS INVESTIMENTOS DIRECTOS ESTRANGEIROS-----	08
2-TEORIAS ECONÓMICAS EXPLICATIVAS DO IDE-----	09
2.1-PERSPECTIVA LIBERAL-----	09
2.1.2-TEORIA DINÂMICA DA PRODUÇÃO-----	10
2.1.3-TEORIA FUNCIONALISTICA E NEOFUNCIONALISTICA-----	10

2.1.4-TEORIA MERCANTILISTICA-----	11
2.1.5-TEORIA DE VANTAGEM ABSOLUTA-----	11
2.1.6-TEORIA DE VANTAGENS COMPETITIVAS E RELATIVAS-----	11
3-TEORIAS NEOCLASSICAS E MODERNAS-----	12
3.1-TEORIA DO CUSTO DE TRANSIÇÃO-----	12
3.1.2-TEORIA DO CICLO DE VIDA DO PRODUTO-----	13
3.1.3-TEORIA DE LOCALIZAÇÃO-----	13
3.1.4-TEORIA ECLÉTICA-----	14
3.1.5-TEORIA DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO-----	14
3.1.6-TEORIA SOBRE OS DETERMINANTES DO IDE-----	15
4-INVESTIMENTO DERECTO ESTRANGEIRO NO MUNDO-----	17
5-INSERÇÃO INTERNACIONAL DE ANGOLA-----	20
5.1-A DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA-----	21
5.2-SECTORES DE ACTIVIDADE PRODUTIVA-----	24
5.3-MODELO DE DESENVOLVIMENTO-----	28
5.4-APOSTAS DE DESENVOLVIMENTO-----	34
6.-INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO-----	35
6.1-LEI DO INVESTIMENTO PRIVADO-----	32
CAPÍTULO II OPÇÕES METODOLÓGICAS DO ESTUDO-----	40
1-HIPÓTESES-----	41
2-VARIÁVEIS-----	41
2.1-VARIÁVEIS DEPENDENTE-----	41
2.2-VARIÁVEIS INDEPENDENTE-----	41
3-GRUPOS DE SUGEITOS-----	41

4-MODO DE INVESTIGAÇÃO-----	42
5-INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO-----	42
6-PROCESSAMENTO E TRATAMENTO DE DADOS-----	42
7-APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS-----	43
7.1-ECONÓMICA-----	43
7.2-SOCIAIS-----	51
CAPÍTULO III APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO-----	54
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS-----	55
CONCLUSÕES-----	56
RECOMENDAÇÕES-----	57
BIBLIOGRAFIA-----	58
ANEXOS-----	60

ÍNDICE DOS GRÁFICOS E FIGURAS

GRÁFICO 01 – RECEITAS PÚBLICAS-----	43
GRÁFICO 02 – DISTRIBUIÇÃO DO PIB POR SECTOR DE ACTIVIDADE-----	44
GRÁFICO 03 – RELAÇÃO ENTRE O N.º DE AGENTES E TAXA DE CRESC.-----	48
GRÁFICO 04 – PROG. RELATIVA DE CRED. CONCEDIDO E DEP. CAPTADOS.-	48
GRÁFICO 05 – EVOLUÇÃO DE N.º DE CARTÕES.-----	49
GRÁFICO 06 – EVOLUÇÃO DE N.º DE TPA E ATM-----	49
GRÁFICO 07 – ESTRUTURA DE ACTIVOS E PASSIVOS-----	50
GRÁFICO 08 – ALUNOS PRIMÁRIOS INDO ENTRE OS NIVEIS BAIXOS-----	51
GRÁFICO 09 – DESPESAS PÚBLICAS INDO PARA EDUCAÇÃO EM 2011-----	51

ÍNDICE DOS QUADROS

QUADRO 01 – CENÁRIO ILUST. DE MÉDIO PRAZO 2011-2019 ¹ -----	23
QUADRO 02 - ÍNDICE DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL -----	25
QUADRO 03 – FLUXOS DOS INVESTIMENTO DIRECTO-----	36
QUADRO 04 – EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL-----	45
QUADRO 05 – TOP -5 CLIENTES-----	46
QUADRO 06 – TOP -5 FORNECEDORES-----	47
QUADRO 07 – PRINCIPAIS PRODUTOS TRANSACCIONADOS-----	47
QUADRO 08 – INDIC. SELEC. DE EDUC. E SAÚDE DE ANG. E AFRICA SUBS---	52

ÍNDICE DAS TABELAS

TABELA 01 – DETERMINANTES ECONÓMICO DOS IDE-----	16
TABELA 02 – PARTICIPAÇÃO DA ÁFRICA NOS FLUXOS DOS IDE EM (%)----	19
TABELA 03 – ANÁLISE DAS HIPÓTESES-----	55

INTRODUÇÃO

A escolha deste tema tem em vista o estudo do crescimento e desenvolvimento económico de Angola, tendo em conta que, Angola é um país com grande número de empresas estrangeiras no mercado oriundas de vários países, com pendor o Portugal, Brazil, Estados Unidos de America, China. Pretendo com este trabalho científico demonstrar uma das fontes do crescimento da economia Angolana, tendo como base os investimentos directo estrangeiro e o seu impacto face ao crescimento e desenvolvimento económico do país.

A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) define o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) como sendo o investimento que envolve uma relação duradoura entre o investidor directo e a entidade receptora. UNCTAD (1998).

Nota – se que, pelo facto dos IDE envolverem um conjunto de politicas e interesses duradouro entre ambos, é assim considerada por organizações internacionais como sendo factor gerador de renda e de crescimento económico pelo seu impacto e capacidade na solução dos mais variados problemas, quer do ponto de vista politico, económico e social que as sociedades emergentes têm vivenciado.

Jacinto (2005), explica-nos que o IDE envolve quer o montante inicial do processo bem como as demais transacções que surgirem entre ambas entidades. Significa dizer que, todos os recursos alocados durante todo processo entre o investidor e a entidade receptora, formam o IDE.

Contextualização e Problemática

O Mercado Angolano tem vindo a atrair um nível crescente de interesses. As reformas políticas, regulamentares e sociais, de progresso e crescimento, colocam o país como uma alternativa viável face a outros destinos de investimento em mercados emergentes e particularmente na África subsariana.

Com base no estudo feito pela consultora *Ernst & Young* sobre a atractividade empresarial publicado em (2014), Angola tornou-se no quarto maior destino de investimento estrangeiro directo em África, muito à custa do forte crescimento da economia do país e os investimentos ao nível das infra-estruturas, nomeadamente em portos e aeroportos, bem como a criação do fundo soberano de cinco mil milhões de dólares e o lançamento da bolsa de valores, são “sinais da melhoria da atractividade” angolana para investimentos privados.

Apesar da revisão em baixa do crescimento a economia nacional fruto da queda do preço do petróleo no mercado internacional, a economia angolana continuará a crescer. Por isso, Angola continuará a ser um dos principais destinos do capital de Investimento Directo Estrangeiro em África, como aconteceu entre 2003 e 2011, altura em que Angola conseguiu atrair mais de 58 mil milhões de dólares americanos.

Tendo em conta este cenário submete-se a um estudo sobre o IDE como fonte de crescimento e desenvolvimento económico de Angola. Sendo assim, o trabalho tenta responder a questão: Qual é o impacto do Investimento Directo Estrangeiro face ao Crescimento e Desenvolvimento económico e Social de Angola?

1. OBJECTIVO DO ESTUDO

1.1 Objectivo geral:

O objectivo geral deste trabalho é conhecer a importância do investimento directo estrangeiro no crescimento e desenvolvimento económico social de Angola.

1.2 Objectivo específico:

- (1) Avaliar o papel que tem desempenhado o Investimento Directo Estrangeiro no crescimento e desenvolvimento económico de Angola.
- (2) Conhecer o destino do IDE em Angola
- (3) Identificar os sectores prioritários dos IDE.
- (4) Entender o conceito e o seu papel no desenvolvimento dos países.

2. IMPORTANCIA DO ESTUDO

O presente tema é revestido de extrema importância, pelo facto de os investimentos directo estrangeiro assumir um papel muito importante no crescimento e no desenvolvimento económico do país, na sua capacidade de criar riquezas e fomentar emprego.

O Mercado Angolano é um mundo de oportunidades para milhares de pessoas e investidores, apesar de terem pela frente riscos e desafios muito diversificados e complexos, devido principalmente à burocracia e a corrupção que está enraizada nas principais instituições do Estado.

Apesar de Angola viver uma estabilidade política, a corrupção, a deficiente qualificação da força laboral, em termos de competências técnicas, os prazos nas importações e exportações e ainda os custos com a energia, continuam a ser as principais barreiras ao investimento estrangeiro. Mesmo com estas dificuldades é de realçar que, uma boa parte das empresas pertencentes ao ranking 500 da Fortune tem representação em Angola, e isto é um bom sinal.

É preciso que as empresas e os investidores confiem nas perspectivas de Angola de longo prazo. A estabilidade macroeconómica é fundamental para as perspectivas de crescimento. É, igualmente, essencial para as empresas terem oportunidades viáveis, sobretudo se os investidores vão assumir o risco de participar com as suas poupanças. A confiança nas perspectivas económicas de um país é essencial para que investidores privados mantenham as suas poupanças no país, ao invés de procurar formas de levá-las fora do país. As políticas económicas também influenciam a oferta e a procura. Por exemplo, influenciam a determinação das oportunidades de crescimento entre os diversos sectores empresariais e o tipo de financiamento necessário: Por exemplo, as empresas de construção que trabalham com contratos públicos e que recebem ordens de saque, apresentam necessidades de financiamento muito diferentes das empresas que servem o sector privado.

Por outro lado, Os mercados podem ser impulsionados pelo “espírito animal”, mas as “regras do jogo” necessitam de ser estruturadas cuidadosamente para que os mercados funcionem correctamente.

Importa realçar que, este desenvolvimento deve impulsionar o governo para a transformação da realidade social dos Angolanos, criando infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento, reduzir os níveis de corrupção e clarificar e simplificar as regulamentações.

3. DELIMITAÇÕES DO ESTUDO

O Investimento Directo Estrangeiro em Angola como fonte de crescimento e de desenvolvimento económico.

As limitações encontradas na elaboração desse trabalho prendem-se com a dificuldade de acesso a dados actualizados sobre o investimento directo em Angola, pouca informação por parte de alguns entrevistados, dificuldades na devolução dos questionários por parte das empresas e ainda dificuldades de acesso aos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), pelo facto destes não se encontrarem disponíveis ou actualizados, mas com o empenho e dedicação conseguimos obter e dar continuidade no trabalho.

4. DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS

- **Investimento:**

«O investimento ou investimento real significa acréscimos da massa de activos produtivos ou bens de capital. O Investimento desempenha dois papéis na macroeconomia, por um lado é uma componente grande e volátil, por outro o investimento leva acumulação de capital. »(ELSA 2005, p.459)

- **Investimento Directo Estrangeiro (IDE):**

« O investimento directo estrangeiro; se refere a investimentos que demandam longos prazos e reflectem um interesse duradouro por parte do investidor, podendo ser a criação ou aquisição de empresa (ou de parte dela). A importância dos investimentos directos na economia de um país é relativa ao montante de dinheiro envolvido nessa operação bem como aos avanços económicos, sociais e tecnológicos que os estrangeiros levam às diferentes áreas do país receptor. Com o processo da globalização, o investimento estrangeiro começou a viver um período de expansão, limitado em momentos de crise económica. O país que recebe o investimento deve ter em conta as consequências deste. Por um lado, o investimento estrangeiro costuma criar postos de trabalho e rendimentos impositivos para o país receptor (de acolhimento). Mas, por outro lado, os ganhos costumam voltar para o país de origem. Para além disso, há que ter em conta que, muitas das vezes, os projectos impulsados pelo investimento estrangeiro geram danos ambientais que prejudicam a comunidade local.» (SERRA 2010, p.138).

- **Crescimento Económico:** *«Significa aumento dos indicadores macroeconómico, ou seja é caracterizado pelo aumento da quantidade produzida. Nesse caso, ao invés de haver a criação de novas tecnologias, por exemplo, haverá o aumento da produção, utilizando as mesmas técnicas, afectando o equilíbrio económico» (SCHUMPETER 1982, p.48).*

- **Desenvolvimento Económico:** *«Significa aumento qualitativo dos indicadores macroeconómico, ou seja a alterações advindas da introdução de um novo bem, de um novo método de produção, da abertura de um novo mercado, de uma nova fonte de oferta de matérias primas e/ou do estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria», (SCHUMPETER 1982, p.48).*

CAPITULO I - FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICO CIENTIFICA

1. HISTÓRIA DO INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO

Assim podemos dizer que, os IDE representam uma parte da história da humanidade, mas a sua importância económica, social e política se tornou crescente nos últimos séculos. O avanço industrial, a globalização, o surgimento das corporações multinacionais, e o *outsourcing* tiveram grande impacto no incremento deste. O aumento dos IDE é normalmente relacionado com o fenómeno da globalização.

Anteriormente na visão da corrente capitalista Ludwing (1979), defendiam a alocação do capital dentro dos limites territoriais, isentavam a ideia ou hipótese de investirem em outros países. Com os avanços tecnológicos quer do ponto de vista económico, político e social das sociedades, os IDE passaram a desempenhar um papel muito importante na resolução dos mais variados problemas económico.

«O investimento estrangeiro, trata-se da injeção de capitais num país estrangeiro, ou seja, noutro país que não é aquele de onde vem o capital. Os investimentos estrangeiros podem ser directos ou indirectos (de portfólio). O investimento directo se refere a investimentos que demandam longos prazos e reflectem um interesse duradouro por parte do investidor, podendo ser a criação ou aquisição de empresa (ou de parte dela). Já o de portfólio se refere a empréstimos, a acções ou a financiamentos. » (GONÇALVES 1998, p.132)

Assim sendo, o IDE é caracterizada como a aplicação de capital em país não residente, demandado por interesses de longo prazo. O investidor pode ser individual ou colectivo, pessoa física ou jurídica, fundo ou entidade de investimento colectivo. E para que se caracterize de investimento estrangeiro, basta que o investidor não tenha residência ou sede no país onde investirá.

Outros estudos mostram que, independentemente dos IDE proporcionarem uma certa estabilidade e dinâmica económica nos países receptores, elas também podem gerar resultados não abonatórios quando há desrespeitos das normas estabelecidas na cooperação.

2. TEORIAS ECONÓMICAS EXPLICATIVAS DO IDE

2.1. Perspectiva Liberal

A Teoria liberal é uma das correntes da economia moderna, cujo Adam Smith (1776) foi consagrado como um dos mais importante teórico do liberalismo económico através de uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações. A sua obra tornou de referencia para gerações de economistas, visto que ele procurou demonstrar que a riqueza das nações resultava da actuação de indivíduos movidos pelo seu próprio interesse, promovendo assim o ciclo de crescimento e de desenvolvimento.

Nesta senda, a corrente liberal acreditava que a iniciativa privada deveria ser deixada a agir livremente, com pouca ou nenhuma intervenção governamental. Uma das grandes características desta teoria é o “livre-mercado”, proposto por Adam Smith. Isso quer dizer que os produtos têm seus preços fixados pelo produtor que terá a possibilidade de aceitar a resposta do mercado ou desistir da produção. Porém, a competição livre entre os diversos fornecedores levaria forçosamente não só a queda do preço das mercadorias, bem como também a constantes inovações tecnológica. Essa resposta do mercado depende do interesse dos consumidores pelo produto. Se o interesse for grande, os preços serão altos, isso poderá despontar mais pessoas interessadas em produzi-lo e, a medida em que aumenta a oferta do produto os preços irão cair, caracterizando o que chamam de “harmonia natural dos interesses”.

Rostow (1978), esclarece que as sociedades não atingiram até hoje uma estabilidade económica, pelo facto de falta de competências na criação de suas políticas económicas, assim como também a capacidade de resolução de conflitos, quer do ponto vista interno e externo. Sendo assim, os IDE representam uma das fontes de estabilidades, crescimento e de desenvolvimento económico de uma sociedade, visto que são caracterizadas pela entrada de capital em um outro país para suprir a demanda deste por meios produtivos. E elas funcionam como créditos.

2.1.2 Teoria Dinâmica da Produção

Em meu ponto de vista, esta teoria explica-nos com precisão de como os países se desenvolvem, passando por etapas diferenciadas em função as dinâmicas das sociedades.

Serra (2010) citando Rostow (1978), ajuda-nos a compreender de que a introdução de novas tecnologias e o aumento da produção faz com haja o melhoramento dos indicadores macroeconómicos admitindo uma transformação a nível de todos os sectores da economia.

Nesta senda, apraz-nos dizer que essa teoria poderá desencadear e ilustrar as diferentes mudanças ocorridas a nível dos sectores da economia Angolana advindas dos investimentos estrangeiros.

2.1.3 Teoria Funcionalista e Neofuncionalista

Esta teoria representa um dos pilares importante na estabilidade política e paz entre as nações proporcionando assim um ambiente sadio e sólido na cooperação bilateral e multilateral promovendo a paz, segurança, crescimento e desenvolvimento económico.

Do ponto de vista histórico, essa teoria foi uma corrente do pensamento liberal com vista a dar ênfase nas suas abordagens científicas, face as críticas que recebiam por parte dos realistas. Os protagonista desta teoria foram o Karl Deutsch e David Mitrany (s/d), eles desenvolveram a ideia de “spill-over effect” o que significava que os estados através da obtenção gradual de vantagens por meio da cooperação internacional faria com que, tomassem a consciência da escolha mais racional, e que preferissem a paz à guerra. A posterior, tendo em conta a incapacidade das nações manter a paz, nasceu a ideia de que para alcançar a paz era necessário algo acima do federalismo voluntário, sendo assim, Ernest Hass (1958) reconfigurou a ideia spill-over, pondo mais uma vez o liberalismo no debate científico.

2.1.4. Teoria mercantilista

No meu ponto de vista, esta teoria demonstra como uma nação enriquece e acumula riquezas nas trocas comerciais potencializando a sua produção, intensificando assim a exportação com objectivo de obter uma balança comercial favorável.

Nascimento (2008), descreve que a Teoria Mercantilista surge em 1450 a 1750 na Europa, devido alguns acontecimentos quer no domínio intelectual, político, cultural e económico. O espírito capitalista que foi implementado pelo comércio marítimo

Segundo Guimarães (2005), a teoria mercantilista apresenta diferentes características tais como a forte intervenção do governo na economia, população numerosa, nacionalismo bem como também a mão-de-obra. E o principal objectivo desta corrente centra-se na obtenção de ouro e metais, defendendo assim o desenvolvimento de um país através de acumulação de riquezas.

Tendo em conta que Angola é um país com uma estrutura de actividade económica centrada ao modelo de economia de mercado e fortemente dependente de importações e com potencialidade em termos de recursos naturais, esta teoria ajudar-nos-á a entender as diferentes oscilações surgidas na balança comercial e no crescimento económico do país.

2.1.5 Teoria de vantagem Absoluta

Esta teoria trata do produtor mais eficiente, ela explica porque o comércio entre dois países, regiões ou pessoas pode ser benéfico mesmo quando um deles torna mais produtivo na fabricação de todos os bens.

Santos (2005) citando David Ricardo (s/d), defende que na vantagem absoluta, cada país concentra em um nicho baseado nestas vantagens, se beneficiando com especialização em sectores onde é mais eficiente e comercializando os seus produtos com outros países.

2.1.6 Teoria de Vantagens Competitivas e Relativas

Nesta teoria, ilustra que um o país tem vantagem competitivas se de facto durante o processo de produção de um bem o custo de oportunidade ou seja a facilidade na produção deste bem em termos de outros bens é baixo neste país em relação aos outros.

Aqui, Nascimento (2008), citando David Ricardo (1772 – 1823), ajuda-nos a compreender que, quando um país não tenha vantagens absolutas na produção de todos os bens, continuaria a participar no comércio internacional ao produzir e exportar os bens que produzisse e de forma relativamente mais eficiente, surgindo deste modo a Teoria das Vantagens Competitivas e Relativas.

Esse modelo é aplicável a realidade socioeconómico de Angola atendendo as diversas carências em termo de produção, visto que ela possibilita os países obterem mercadorias que não teriam condições de produzir internamente.

Levantou-se diversas críticas relativamente à teoria de Vantagens Competitivas de David- Ricardo, e as principais, segundo Krugman e Obstfeld (2001) seriam as seguintes:

- O modelo prevê elevada especialização na produção, não adequada com a realidade.
- Sugere a afectação do comércio exterior na distribuição da renda e que todos os países e pessoas teriam benefícios em torno dos seus resultados, enquanto na prática não funciona.
- Apresenta um único factor de produção que é a mão-de-obra, ignorando as diferentes disponibilidades de recursos entre os países.

3. TEORIAS NEOCLÁSSICAS E MODERNAS

3.1. Teoria dos custos de transacção

Essa teoria supõe a intenção de justificar as empresas pelo facto de optarem pelo mecanismo de investimento directo, ao em vez de exportação ou de relações contratuais com o exterior.

Segundo Rocha (2013) descreve que o mercado organiza-se de maneira exemplar, numa concorrência perfeita, onde as empresas e os demais atores económicos encontram-se na posse de todas as informações relevantes para a tomada de decisão. Nota-se uma adequação entre a oferta e a procura, com a adaptação automática entre a produção e o consumo. Neste âmbito, e por excelência o mercado seria o lugar privilegiado onde todas as transacções deveriam ocorrer.

3.1.2. Teoria do ciclo de vida do produto

A essência desta teoria fundamenta-se pelo facto dos bens produzidos e os investimentos, apresentarem uma estrutura cíclica retroactiva e que faz surgir novos produtos, e estes se desenvolvem, atingem uma certa a maturidade e entrem em depreciação onde provavelmente desaparecem.

Raymond Vernone (1966, 1979), descreve quatro fases do ciclo da vida do produto: a fase de introdução, a fase do crescimento, a fase da maturidade e a fase do declínio.

- A primeira fase - introdução, o produto é lançado no mercado, podendo registar exportações para outros países mas com uma escala inferior por ser um fase de crescimento lento de vendas em função a adaptação e da conquista do mercado.
- Na segunda fase, mediante o crescimento, poderá desembocar uma transferência parcial ou total da fabricação para países estrangeiros, desde que os custos de barreiras aduaneiras justifiquem a descentralização da produção.
- A fase de maturidade é caracterizada pela transferência da produção para um mercado em vias de desenvolvimento, para obter certas vantagens nos custos.
- A fase de declínio é caracterizado como sendo a fase de grande quedas nos rendimentos. É o momento de desaceleração, eliminação ou revitalização com introdução de um novo produto/serviço. Essas quedas surgem em muitos casos devido ao avanço tecnológico, mudanças nos gostos dos consumidores etc. Neste período a procura aumenta nos países emergentes.

3.1.3. Teorias de Localização

As teorias económicas modernas, defende que o custo de transporte é relativo em função a escolha da localização do investimento. Nesta senda a decisão de investir no estrangeiro leva consigo inúmeras decisões de capital importância e a localização é tida com maior relevância.

Rocha (2013), descreve que a empresa cujas actividades recaem sobre o factor trabalho, um dos custos com maior relevância é precisamente aquele referente aos custos deste factor. Sendo assim, as empresas quando equacionam as várias localizações passíveis de obterem o seu investimento, devem ter em conta, não só o seu custo, mas também as suas qualificações e níveis de formação profissional, de maneira a saberem se possuem, ou não, as capacidades desejadas para realizarem as funções que precisam.

Sendo assim, o autor explica que as vantagens de localização estão relacionadas aos factores de produção de um país. Com base a essa lógica, Dunning (2000, p.164), diz que as vantagens de localização, propriedade e internalização, combinadas possibilitam a existência de quatro tipos de investimento directo que são: A procura por mercados (*marketseeking*), por recursos (*resourceseeking*), Procura por eficiência (*efficiencyseeking*), Busca por recursos estratégicos (*strategics assets seeking*).

3.1.4. Teoria Eclética

Essa teoria explica como as empresas multinacionais evoluem, atingindo um estágio particular do seu crescimento e desenvolvimento económico. O objectivo desta teoria segundo John Dunning (1970), consiste no delineamento de uma explicação ampla para a produção internacional das empresas, com auxílio das diversas teorias económicas. O mesmo, fez um enquadramento entre as teorias existentes mostrando que elas não tinham explicado de forma adequada as trocas entre as indústrias, e por outro, ainda poderiam ser consideradas válidas para explicar outros aspectos desse intercâmbio comercial.

3.1.5. Teoria da Internacionalização da Produção

A internacionalização da produção surge no âmbito dos tratados de cooperações comerciais entre os países. Ela caracteriza-se nas diferentes trocas comerciais registado no movimento de bens e serviços. Segundo Rocha (2013) citando Gonçalves (1998, p.132), descreve que “a moderna teoria do investimento externo directo parte da crítica à teoria do investimento de portfólio e desemboca na chamada teoria da internacionalização da produção.”

Krugman e Obstfeld, (2005), destacam que o movimento de bens e serviços não são as únicas formas de internacionalização, pois, os movimentos internacionais de factores de produção tanto podem ser feitos pela transferência da força de trabalho, como pela transferência de capitais, sob a forma de empréstimo internacional, ou por meio do IDE. (ROCHA 2013, p.28).

3.1.6. Teorias sobre os determinantes do IDE

Esta teoria, ilustra os principais indicadores de atracção do investimento directo estrangeiro no País. Sendo assim, Hymer (s/d) é visto como o responsável pelo desenvolvimento dos IDE ao esclarecer que os mesmos estão relacionadas com a organização industrial e não pela teoria do movimento de capital”.

«O desafio de qualquer país passa por desenvolver um conjunto distinto de vantagens, capaz de atrair potenciais investidores estrangeiros e que a escolha final do destino do IDE será sempre função das combinações das vantagens específicas das empresas com as vantagens de localização do país de acolhimento do investimento».(ROCHA 2013, p.30)

Outros estudos mostram que as poupanças normalmente fluem de países ricos para países pobres em capital, enquanto que o investimento directo fluem ambos os sentidos, sempre nos mesmos sectores e apresenta uma fórmula de cálculo do IDE (ROCHA 2013, p.30).

$$C=I/r$$

Sendo **C** = capitalizacáo do lucro, **I** = ingresso das receitas e **r** = taxa de retorno competitiva.

Tabela 1 - Determinantes Económicos de IDE relacionado com o país de destino

Descrição	Principais determinantes nos Países de acolhimento
Enquadramento político	<ol style="list-style-type: none"> 1- Estabilidade económica, político e social. 2- Regras de entradas e de produção de IDE. 3- Normas de tratamento das filiais estrangeiras. 4- Políticas de funcionamento e estrutura dos mercados. 5- Acordos internacionais sobre o IDE. 6- Política de privatizações. 7- Política comercial e coerência de comércio e do IDE. 8- Política tributária.
Determinantes económicas (segundo as entradas de EMN)	
Procura de Mercado	<ol style="list-style-type: none"> 1- Dimensão de mercado; 2- Crescimento do mercado; 3- Acesso de mercados regionais; 4- Preferência específica dos consumidores locais; 5- Estrutura dos mercados;
Procura de recursos	<ol style="list-style-type: none"> 1- Custos e taxas relativos a terra e construções; 2- Matéria-prima e mão-de-obra Barata e pouco qualificada; 3- Trabalho qualificado;
Procura de eficiência	<ol style="list-style-type: none"> 1- Custos de recursos activos e ajustados pela produtividade; 2- Custos de outros inputs; transportes e comunicações; produtos intermédios; 3- Pertença á uma área de integração regional.
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Activos criados (tecnologia e inovação)

Procura de activos	<ol style="list-style-type: none"> 2. Infra-estruturas (Portos, estradas, energia e telecomunicações) 3. Capacidade e ambiente macro inovador, de educação empreendedora
Facilitação do negócio	<ol style="list-style-type: none"> 1. Esquemas de produção de investimento 2. Facilidades e incentivos ao investimento; 3. Hassle cost (corrupção e custos administrativos); 4. Amenidades sociais (escolas bilingues, qualidade de vida); 5. Serviços de pré e pós investimento; 6. Infra-estruturas e serviços de suportes (a nível contabilístico, global e bancário).

Fonte: Moreira & Pereira (2007, p.6).

4. INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO NO MUNDO

A maneira como têm ocorrido os movimentos de capitais tem passado por diferentes etapas na evolução do processo histórico de globalização. Uma dessas etapas foi a era do expansionismo marítimo, a qual despoletou o surgimento do mercantilismo. Carvalho (2005), considera que nesta época o comércio internacional representava um importante factor de desenvolvimento de uma nação.

Com base a historia, no momento em que o movimento socialista aplicou o termo “capitalismo”, em meado século XIX, o conceito foi cunhado com grande carga Hostil Hudson (1998). O objectivo histórico do capitalismo era integrar as economias nacionais de todo mundo num mercado único. Para Marx, o desenvolvimento das forças produtivas numa economia capitalista, impulsionaria a acumulação de capital e ao mesmo tempo o aumento das mais-valias. Muito embora o crescimento económico estava sujeito a períodos de expansão e de crise, a competição acabaria sempre por criar capacidade excedentária.

Segundo Teixeira (2012) explica que com a II Guerra Mundial assistiu-se um forte declínio dos fluxos de IDE. A interrupção na acumulação de Stocks de IDE e o

desinvestimento por parte das potências Europeias, agora bastante enfraquecidas, desencadearam uma drástica redução destes fluxos não só em todo o continente Europeu como no Norte da África e Ásia Ocidental (essencialmente na China Ocidental). Segundo Jacinto (2005), citado por (Campos, 2010, p.7) é neste período que os EUA emergem como uma grande potência militar e económica, com o nível mais elevado de rendimento per capita e índices de procura interna exigentes. A leste, a URSS manteve a sua postura ideológica (militar e contudo sem influenciar as dinâmicas económicas).

O final da II Guerra Mundial traduziu-se numa fase de grande inovação tecnológica, com pendor para os sectores químicos e petrolíferos, potenciando uma considerável expansão dos investimentos pós-guerra. A recuperação da economia da Europa Ocidental é surpreendentemente acelerada, muito por força dos fluxos de capital externo. A rápida evolução dos conceitos tecnológicos, a valorização de algumas moedas europeias e o significativo aumento da eficácia e diminuição dos custos de transportes levou a inversão da dinâmica dos fluxos de IDE, com forte destaque para o investimento da Europa e do Japão nos EUA.

Amal & Seabra (2007,p.6), descreve que este novo contexto reflectia em termos qualitativos, uma mudança dos próprios factores determinantes do IDE. As vantagens especificamente ligadas aos factores locais, tais como estrutura e dimensão dos mercados internos, grau de abertura e inserção global das economias receptoras do IDE, e sobretudo um quadro institucional para garantir o funcionamento eficiente da economia de mercado, passaram a representar um papel central na distribuição dos fluxos mundiais de IDE. Dentro deste panorama global de mudanças, a América Latina representava neste período de 1993 a 2000, um dos motores de crescimento e de atracção dos fluxos globais de IDE entre os países em desenvolvimento.

Estudos feitos demonstram que em 2000 e 2009, África teve uma participação nos fluxos mundiais de investimento directo estrangeiro passou de 0,8% para 5,1%. Em relação aos fluxos de IDE recebidos pelos países em desenvolvimento, o continente Africano respondeu por 4,3% em 2000, alcançando participação de 11,8% em 2009 e 9,6% em 2010. A grande disponibilidade de recursos naturais a preços competitivos e o

mercado consumidor potencial tem motivado a ida de diversas empresas para o continente, apesar de enfrentarem problemas como o mau funcionamento de mercado de capitais, a oferta limitada de mão-de-obra qualificada, carência de infra-estrutura, acesso restrito de financiamento, altos custos devido a má qualidade da oferta de energia, a irregularidade de serviços de telefonia, acesso limitado a internet e os riscos relacionados ao ambiente político instável de alguns países da região. Em 2010, esses percentuais se reduziram um pouco, mas ainda assim se mantiveram bastante superiores aos do início da década. Essa queda reflectia em grande parte, os efeitos negativos da crise financeira mundial iniciada no final de 2008. A incerteza gerada pela crise acabou por direccionar os investimentos para as economias emergentes da América latina, principalmente o Brasil, o Leste e o sudoeste da Ásia. Ademais, houve, em 2010, um aumento de 44% dos fluxos de IDE para a América do Norte (IGLÉSIAS & COSTA 2011, p.3).

Os fluxos do investimento directo estrangeiro da África nos países em desenvolvimento é relativamente de 8,16% em 1990, 4,88% em 1995, 4,26% em 2000, 11,48% em 2005 e 9,6% em 2010. Os fluxos do IDE recebidos pela África e o seu peso no Mundo são as seguintes: 1,37% em 1990, 1,65% em 1995, 0,78% em 2000, 3,88% em 2005 e 4,43% em 2010 conforme mostra a tabela-2.

Tabela 2 - Participação da África nos fluxos de IDE recebidos (em %)

	1990	1995	2000	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Países em desenvolvimento	8,16	4,88	4,26	7,41	11,48	10,77	11,02	11,16	11,78	9,6
Mundo	1,37	1,65	0,78	2,93	3,88	3,16	3,2	4,21	5,08	4,43

Fonte: (UNCTAD, 2012).

5. INSERÇÃO INTERNACIONAL DE ANGOLA

Angola é um país da costa ocidental de África, com a capital a cidade de Luanda e uma extensão territorial de 1.246.700 Km², cujo território principal é limitado a norte e a nordeste pela República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico. Inclui também o enclave de Cabinda, através do qual faz fronteira com a República do Congo, a norte. Esta dimensão territorial é 3,4 vezes maior ao da Alemanha e corresponde aproximadamente ao somatório da dimensão dos territórios de Portugal, Espanha e França. Registando um elevado crescimento populacional, estimando-se que, em 2013, a população se tenha cifrado em 19.183.590 habitantes, e durante o mês de Maio de 2014, procedeu-se em Angola a um censo populacional que resultou em 25.789.024 habitantes cujo 12.499.000 são homens e 13.289.983 mulheres. (INE,2016).

O país tem uma estrutura etária maioritariamente jovem e segundo dados do INE, cerca de 46% da população tem menos de 15 anos. Este facto está relacionado com, a elevada taxa de mortalidade e com a reduzida esperança média de vida do país, quando comparado com a média mundial. Contudo, espera-se que o crescimento económico e a melhoria das condições de vida da população se continuem a reflectir na inversão da tendência destes dois indicadores.

Os conflitos (guerra civil que se arrastou até 2002), colocou Angola entre os países mais pobres do planeta. E com o fim da guerra civil, a economia Angolana atingiu boas taxas de crescimento apoiadas principalmente pelas suas exportações de petróleo. Angola dispõe das mais importantes reservas de petróleo, gás e diamantes de África. Nos últimos dez anos segundo dados do INE (2014) Angola conquistou resultados económicos impressionantes.

Entretanto, em dez anos, o país atingiu a primeira meta dos objectivos de desenvolvimento do milénio, reduziu para metade o número de cidadãos que vivem no limiar da pobreza e passou a ser classificado como país de rendimento médio.

5.1. A DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA

O processo da diversificação da economia Angolana surge através da revolução energética americana de combustíveis e fósseis não convencionais (petróleo e gás de xisto, petróleo das areias betuminosas), combinado assim com uma nova oferta de outros países, atendendo as consequências geopolíticas não despidiendas do Iraque.

Segundo a nota do Departamento de Energia americano, os EUA esperam produzir mais de 3 milhões de barris/dia de novo petróleo não convencional. Esse contexto de um choque de oferta, queda dos preços do petróleo e manutenção em níveis mais baixos, pode pôr os países ainda muito dependentes das receitas petrolíferas sob pressão, como o caso de Angola e de alguns países da Europa, America Latina e Médio Oriente.

Essa revolução energética americana reforçou a necessidade de diversificação da economia angolana do petróleo para os sectores produtivos, quer no sector primário – agricultura, pecuária, agro-indústria, biocombustíveis e pesca – quer no sector secundário – indústria transformadora e extractiva. A economia angolana encontra-se assim numa fase de transição no seu processo de desenvolvimento, de factor-driven, muito dependente da exportação de petróleo em bruto, para efficiency-driven, orientada para o crescimento e diversificação dos sectores de produção interna não ligados à actividade petrolífera.

Assim os principais motor para o desenvolvimento da economia Angolana poderá ser os resultados que surgirem a médio prazo da exploração dos recursos naturais, sobretudo do petróleo e, mais recentemente, do gás natural e das demais reservas minerais ainda por explorar. Progressivamente, com a diversificação e densificação dos sectores produtivos não-petrolíferos, segundo o PND (2013 a 2017) a economia angolana caminhará para a fase efficiency-driven, desejavelmente ancorando a subida do salário médio, actualmente no limiar da pobreza, ao incremento da produtividade desses sectores.

Durante este processo, é expectável que a produtividade marginal do capital, quer físico, quer humano, incentive a optimização dos recursos, e se oriente por critérios de custos de oportunidade, envolvendo uma melhoria na qualidade da governação e administração pública, e a criação de um ambiente mais favorável a uma maior abertura ao investimento privado e à qualificação massiva dos recursos humanos. E segundo o PND (2013 a 2017) isto proporcionará um melhor desenvolvimento e alargamento das nascentes classes médias, reduzindo o fosso das desigualdades de rendimento e criando a sustentabilidade necessária para que o crescimento económico continue a ser robusto, e a registar progressos na desinflação em curso. A diminuição das desigualdades e a criação de uma classe média são condições necessárias para a dinamização do mercado interno, propiciando uma base de consumo que seja motor de reindustrialização do país. Ao nível da inflação, a evolução tem sido considerável.

Verificada taxa de inflação de 14,3% em 2010, impulsionada pelo aumento dos preços dos combustíveis (em consequência de uma redução dos subsídios), pelos estrangulamentos no fornecimento de bens causados pelos atrasos nas importações (cerca de 90% dos bens de consumo são importados) e pela depreciação da moeda face às divisas dos principais países fornecedores, em 2011 registou-se uma ligeira redução da taxa de inflação, medida pelo IPC, que se fixou em 13,5%. E, após atingir um dígito, no final de 2012 (pela primeira vez em décadas), estima-se que tenha diminuído para 7,7% até ao final de 2013 (W.ENERGY,2013)

Em função o relatório da W.Energy (2013), o país regressou a uma trajectória de sólido crescimento económico, a inflação fixou-se num só dígito, as reservas internacionais de petróleo atingiram os 33 biliões de dólares no final de Dezembro de 2013, o suficiente para cobrir mais de 7 meses de importações, e a taxa de câmbio nominal entrou numa fase de relativa estabilização(Quadro.1)

Quadro.1- Cenário ilustrativo de médio prazo, 2011-2019 ¹

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
	Projeções								
Crescimento real do PIB (%)	3,9	5,2	4,1	5,3	5,5	5,9	3,3	6,6	6,7
Sector petrolífero	-5,4	4,3	0,6	3,0	3,0	3,0	-6,9	3,0	3,0
Sector não-petrolífero	9,5	5,6	5,8	6,4	6,7	7,1	7,7	7,9	8,0
IPC (média anual)	13,5	10,3	8,8	7,7	7,7	7,4	7,1	6,7	6,5
PIB (biliões de USD)	104,1	115,3	121,7	129,8	138,2	147,7	154,5	167,8	183,5
PIB <i>per capita</i> (USD)	5,31	5,71	5,85	6,05	6,26	6,49	6,51	6,78	7,13
Administração Central (% do PIB)									
<i>Total de receitas</i>	48,8	45,9	38,1	39,3	37,2	35,8	31,5	32,4	31,8
Sector petrolífero	39,0	37,3	29,6	30,6	27,8	25,6	19,9	20,7	19,9
Sector não-petrolífero	7,3	6,6	7,0	7,1	8,1	8,5	9,7	9,8	10,0
<i>Total da despesa</i>	40,2	40,8	39,6	41,3	39,8	37,8	34,6	33,2	31,3
Corrente	30,0	29,0	28,9	29,3	28,2	26,9	25,0	23,6	22,7
Capital	10,2	11,8	10,6	12,0	11,6	11,0	9,6	9,6	8,7
Saldo fiscal global (base orçamental)	8,7	5,1	1,5	-2,0	-2,6	-2,1	-3,1	-0,8	0,5
Saldo fiscal primário não petrolífero	-26,9	-28,6	-28,9	-30,1	-28,0	-25,3	-20,9	-19,4	-17,4
Saldo primário não petrolífero/PIB não petrolífero	-51,1	-52,6	-49,9	-49,8	-44,2	-38,2	-29,4	-26,6	-23,3
Moeda e Crédito									
M2 (% do PIB)	35,9	34,5	37,3	42,1	45,8	47,9	51,3	51,0	52,1
Crédito Sector privado (% do PIB)	21,1	23,3	24,2	24,7	25,2	26,9	27,4	28,7	32,4
Balança de pagamentos									
Balança comercial (% do PIB)	45,2	43,6	37,6	33,2	28,8	24,6	23,5	20,1	19,8
Exportações, f.o.b (% do PIB)	64,6	62,9	58,3	55,1	51,0	47,0	44,9	41,6	39,3
Petróleo & gás	62,3	61,5	56,8	53,6	49,5	45,6	43,4	40,2	37,8
Importações, f.o.b (% do PIB)	19,4	19,4	20,7	21,8	22,2	22,4	21,4	21,6	19,4
Termos de troca (variação percentual)	23,2	7,7	-2,8	-2,0	-4,1	-4,7	-4,0	-3,2	-1,1
Saldo da conta corrente (% do PIB)	12,6	9,2	5,0	2,2	-0,4	-2,7	-1,8	-2,7	-1,0
Reservas									
Internacionais brutas (fim de período, biliões de USD)	28,4	33,0	33,2	33,9	35,0	34,1	34,8	33,0	34,4
Internacionais brutas (meses de importação)	7,0	7,5	7,0	6,9	6,8	6,8	6,8	6,5	6,8
Dívida (% do PIB)									
Dívida pública externa	19,7	19,3	17,3	18,7	19,9	21,0	22,6	22,0	21,1
Dívida total do Sector público	33,7	29,3	26,6	29,2	30,9	32,0	32,4	32,5	31,1
Petróleo									
Produção de petróleo (milhões de barris/dia)	1.660	1.731	1.742	1.794	1.848	1.903	1.772	1.825	1.880
Preço do petróleo (média, USD/barril)	110,3	110,9	107,3	104,7	100,0	95,4	92,2	90,1	90,1

Fonte: Estimativas e projecções das autoridades angolanas e dos técnicos do FMI.¹ Incorpora o impacto da nova lei cambial a partir de 2013.

Diante este panorama (Quadro.1) é de salientar que o principal desafio para o Governo angolano consiste no relançamento dos sectores fora da esfera da indústria petrolífera, por forma a aumentar a oferta interna e diversificar as exportações, criando emprego e diminuindo a pobreza.

5.2. SCETORES DE ACTIVIDADE PRODUTIVA

A economia Angolana está ainda centrada no sector petrolífero. Isso não é um facto novidade, uma vez que o relatório da Comissão Económica das Nações Unidas para África aponta que Angola é o terceiro maior produtor de petróleo da África Subsariana, produzindo cerca de 1,7 milhões de barris/dia em 2013.

A Organização das Nações Unidas, relata que Angola é o 16.º país com maior potencial agrícola do mundo, mas actualmente apenas 3% da terra arável está cultivada. Por outro, com uma extensa costa, a capacidade sustentável do país é de 450 mil toneladas anuais de pescado, mas só cerca de metade deste valor é efectivamente pescado.

Com base ao sector dos minérios, a situação é também de subaproveitamento dos recursos - Angola é o sétimo maior produtor de diamantes a nível mundial, mas este sector representa apenas 0,8% do PIB.

- **Agricultura, Floresta e Pescas**

Angola foi um país auto-suficiente nas principais culturas alimentares, e também um dos principais exportadores mundiais de café, bem como de milho, algodão, cana-de-açúcar, sisal, banana, mandioca e madeira. Segundo dados do INE, este sector perdeu a sua relevância interna e internacional, mas, nos últimos anos, o sector agrícola começou a apresentar sinais de recuperação. Ainda assim, a produção agrícola não é suficiente para as necessidades da população, pelo que o país depende das importações de bens alimentares. O facto dos bens alimentares serem importados e mais dispendiosos, associado às ineficiências da cadeia logística e de distribuição, faz com que a população rural, não tenha acesso a esses bens.

Este sector é dominado por pequenos agricultores, que se dedicam à agricultura de subsistência. Nesta senda é necessário a capacidade empresarial para desenvolver um sector agrícola não artesanal e aí o IDE, em termos de capital, tecnologia e know-how será essencial. Em relação aos recursos marítimos, o país é composta por uma linha costeira de cerca de 1.650 km, tendo um acesso privilegiado às mais ricas unidades populacionais de peixe de África e os entraves que este sector enfrenta é o acesso a financiamento bancário específico, o que inviabiliza a aquisição de materiais essenciais ao desenvolvimento da actividade tais como: Redes, motores, embarcações , câmaras frigoríficas, tecnologia de transformação do pescado e investigação de novos produtos etc. Aqui, o IDE poderá desempenhar um papel essencial.

- **Indústria .**

Quadro.2 – Índice de Produção Industrial(IPA) de Angola (2002=100)

Sector	CAE	Ponderadores		
		2002	4.ºTrim. 2012	4.ºTrim. 2013
Indústria Total	CDE	100,0	198,1	193,7
Indústria Extractiva	C	94,0	188,1	182,7
Petróleo, Gás e Serviços	111-112	88,9	187,5	181,5
Diamantes	14231	3,9	167,7	176,9
Indústrias Transformadoras	D	5,9	262,4	268,3
Indústrias Alimentares	151-154	2,0	325,5	326,8
Indústrias de Bebidas e Tabaco	155-160	0,6	416,6	417,2
Têxteis, Vestuário e Calçado	17-19	0,3	199,7	200,8
Indústrias da Madeira	20	0,4	136,2	137,9
Pasta de Papel, Edição e	21-22	0,8	156,0	157,7
Prod. Petrolíferos , Químicos e	23-26	1,5	261,8	262,6
Indústrias Metalúrgicas	27-28	2,3	196,0	206,9
Máquinas , Equip. Aparelhos	29-35	4,6	364,7	362,8
Mobiliário	36	0,6	274,6	274,1
Prod. e Distribuição Eletric., Gás	E	0,1	597,0	601,5
Eletric., Gás e Vapor	40	0,0	274,5	398,7
Tratamento de Água	41	0,0	1226,7	1276,7
Bens Intermédios (A1)		6,9	224,1	231,5
Bens de Consumo (A3)		4,1	350	351,5
Produtos de Energia (A4)		89,0	187,6	187,7

Fonte: INE Angola Índice de Produção Industrial – IV Trimestre de 2013 – Dados

Provisórios.

O Quadro.2 ilustra o crescimento evolutivo do Índice de Produção Industrial (IPI) desde 2002 denota uma diversificação industrial para os sectores não-petrolíferos ainda incipiente. Em 2002, a produção de petróleo, gás e serviços de suporte representava 88,9% da produção industrial total. O seu crescimento que, em índice, atingia no 4º trimestre de 2013, o valor de 181,5, foi inferior ao da indústria total (193,7), indiciando uma dinâmica de diversificação.

Os bens de consumo superou os bens intermédios e de produtos de energia. E estas tendências segundo o INE (2013), deverão manter-se nos próximos anos, sendo esperáveis, todavia crescimentos mais intensos nos sectores, de baixa tecnologia, associados aos grandes investimentos em curso e projectados, de infra-estruturas em obras públicas, produção de energia, habitação e saneamento e tratamento de águas.

- **Comércio e Retalho**

O facto da população se ter tornado mais exigente, nomeadamente em relação à higiene e segurança alimentar dos produtos que consome, resultado do aumento dos níveis de educação da população e de uma melhoria da informação disponibilizada. Nas últimas décadas, tem-se observado o aparecimento de grossistas e retalhistas organizados no mercado, assim como o desenvolvimento de grandes superfícies comerciais, e esses investidores são atraídos pela evolução socioeconómica favorável da população, pela alteração do perfil dos consumidores, pela crescente urbanização, pela melhoria das infra-estruturas e pelo aumento das marcas internacionais disponíveis no mercado.

- **Hotelaria e Turismo**

A hotelaria e o turismo representam uma das grandes apostas por parte do governo de Angola para o desenvolvimento económico do país. Ao longo dos últimos anos, Angola assistiu a um processo de recuperação, reabilitação e construção de infra-estruturas turísticas e hoteleiras. Aqui, os condicionantes ao aproveitamento das grandes potencialidades do sector, prende-se nos problemas dos vistos e das deficiências na saúde pública

- **Sector financeiro**

Este sector beneficiou da expansão económica impulsionada pelo IDE no sector petrolífero, assim como das medidas implementadas pelo Governo para estabilização da economia, ao nível da política monetária e cambial. Sendo assim, segundo os resultados divulgados pelo BNA (2013), Assistiu-se o fortalecimento das instituições financeiras e o reforço do seu papel, como um dos impulsionadores da economia. Este sector angolano é composto por 23 bancos comerciais, dos quais três são detidos pelo Estado.

Nesta conformidade, a actividade financeira em Angola está centrada no sistema bancário. O acesso a capitais e os baixos níveis de liquidez e de solvabilidade das empresas angolanas constituem os maiores problemas estruturais. E isto constituem o entraves graves ao desenvolvimento da economia real, e a maior questão prende-se com a necessária e urgente mudança de atitude face ao esforço que o Estado tem realizado em financiar o tecido empresarial.

É urgente que os agentes económicos empresariais assumam o racional de que a aquisição de uma dívida bancária exige o compromisso do seu retorno e conduzam a sua gestão financeira em conformidade.

Com o mercado de capitais caberá um papel essencial na captação de fundos de poupança interna e externa para financiamento dos novos projectos de desenvolvimento públicos e privados. Não existe ainda um verdadeiro mercado de capitais, continuando a decorrer a preparação do seu arranque.

Este mercado começará naturalmente pelo mercado da dívida para posteriormente se estender ao mercado de acções, em ligação com a melhoria com as práticas de corporate governance. Entretanto, a Comissão de Mercado de Capitais (o futuro "watchdog") tem vindo a produzir o enquadramento regulatório e a dinamizar o processo de criação do mercado de que os bancos serão também promotores activos designadamente através da sua actividade de intermediação financeira.

Angola tem um sistema bancário, em síntese, segue o modelo tradicional de retalho – captação de recursos (depósitos), concessão de financiamento (crédito de curto/médio prazo), e investimento da liquidez excedentária em Títulos do Tesouro, dado que o rácio de transformação de depósitos em créditos é ainda bastante inferior a 100% .

As suas estratégias concorrenciais assentam na busca por níveis de satisfação e lealdade dos clientes e numa tendência crescente para a bancassurance, com um sector segurador ainda embrionário. E a taxa de bancarização é ainda incipiente, mas progride rapidamente, bem como a literacia financeira.

A “desdolarização” da economia tem ampliado o mercado bancário. Mas as ineficiências operacionais e de back-office, que ainda provocam tempos excessivos de espera no atendimento, estão a ser diminuídas.

Os bancos têm vindo a investir significativamente na segurança operacional e na melhoria dos meios de pagamento, na abertura de novos canais e na expansão da internet banking de TIC modernas. Aqui, os principais condicionamentos são ainda as deficiências nas redes físicas de telecomunicações. Os rácios de solvabilidade são de qualidade, indicando robustez financeira.

5.3. MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Um dos modelos de desenvolvimento utilizado pelo governo Angolano, e descrito no seu “Plano de Desenvolvimento a Médio Prazo para o Período de 2009-2013” é a criação de uma Zona Económica Especial (ZEE). Este método de desenvolvimento teve como pioneira a China, e dado os seus resultados positivos considera-se bastante vantajosa a implementação do mesmo em países como Angola. O foco no desenvolvimento de indústrias orientadas para a exportação e atracção de IDE são as principais motivações para a criação da ZEE em Angola.

Estas zonas caracterizam-se como áreas geográficas onde as condições económicas e comerciais são mais liberais do que no resto do país, é dotada de infra-estruturas de

qualidade para apoio à produção industrial, gozando-se de benefícios fiscais, financeiros e laborais a todos os níveis. Isto é, existe o benefício da extra-territorialidade em matéria fiscal, financeira e burocrática, havendo isenção de todo o tipo de taxas e impostos à produção, importação, exportação e ao rendimento de todas as entidades industriais aí residentes. A transferência de fundos deve ser fácil e rápida e são dispensadas todas as licenças relativas às necessidades de importação e exportação da ZEE.

É implantada numa região específica e estrategicamente escolhida, deverá estar dotada de acesso rodoviário e ferroviário, energia eléctrica e água corrente em boas condições para o processo industrial, sistema de drenagem e esgoto de águas, telecomunicações e serviços de apoio aos funcionários, como hotéis, restaurantes, postos de combustível, etc.

Este tipo de zona é benéfica, pois: atrai investimento privado nacional e estrangeiro; gera emprego e rendimentos; promove a aceleração das exportações, gera receitas fiscais para o país e aumenta a produção interna, reduzindo as importações

Esta ZEE, à semelhança do que acontece na China, vai permitir um crescimento económico mais rápido para o país, gerando riqueza, emprego e desenvolvimento. Foi então criada em Outubro de 2010 a ZEE de Luanda/Bengo, marcando um progresso significativo para o desenvolvimento, sustentabilidade e auto-suficiência de Angola.

A ZEE, projectada desde 2004, é baseada no modelo de sucesso chinês e comporta 8300 hectares de terra onde se situam dois pólos, um industrial e outro comercial, centro de tecnologia e convenções. Dotada de infra-estruturas fundiárias, económicas e administrativas destinadas ao fomento intensivo da produção e criação de emprego, tem como intuito contribuir para a modernização da economia nacional. Pretende-se assim, desenvolver grupos económicos nacionais fortes e competitivos nos domínios tecnológico, organizativo e financeiro, promove-se fortemente o envolvimento da população local.

Com a finalidade de dar sequência aos objectivos e dinamizar o crescimento e o desenvolvimento socioeconómico a que se propõe, o Governo desenvolveu um Plano recente para o Desenvolvimento PND (2013 – 2017), considerado o principal veículo na concretização da Estratégia Angola 2025, cujo principal objectivo político é o aumento da qualidade de vida em Angola.

Traduzido pelo mote “Estabilidade, Crescimento e Emprego” está essencialmente alicerçado na transformação da riqueza potencial que constituem os recursos naturais de Angola em riqueza real e tangível, de forma a combater a pobreza e melhorar as condições de vida da população.

O grande objectivo macroeconómico de Angola é a criação de emprego qualificado e adequadamente remunerado, em particular para os jovens num país que se pretende contemporâneo e desenvolvido. Neste enquadramento, as Políticas de Desenvolvimento apontam para programas essenciais ao desenvolvimento:

- Política de População;
- Política de Modernização do Sistema de Defesa e Segurança Nacional;
- Política de Apoio à Reintegração Socioeconómica de Ex-Militares;
- Política de Estabilidade e Regulação Macroeconómica;
- Política de Reforma Tributária e das Finanças Públicas;
- Política de Promoção do Crescimento Económico, do Aumento do Emprego e de Diversificação Económica;
- Promoção e Diversificação da Estrutura Económica Nacional;
- Promoção do Emprego e Capacitação e Valorização dos Recursos Humanos Nacionais;
- Promoção do Empreendedorismo e do Desenvolvimento do Sector Privado Nacional;

- Apoio às Exportações;
- Política de Repartição Equitativa do Rendimento Nacional e de Proteção Social;
- Política de Modernização da Administração e Gestão Públicas;
- Política Integrada para a Juventude;
- Política de Promoção do Desenvolvimento Equilibrado do Território;
- Política de Reforço do Posicionamento de Angola no Contexto Internacional e Regional, em particular na União Africana e na SADC;
- Política Nacional de Sociedade de Informação.

Em termos sectoriais destacam-se os seguintes objectivos de médio prazo:

1. População

- Melhorar as condições de vida da população, mediante a alteração das tendências demográficas e a intervenção activa da população no processo de desenvolvimento e de reconstrução do país;
- Reduzir a incidência da pobreza e desigualdades sociais;
- Reduzir significativamente as mortalidades materna e infantil;
- Reequilibrar a distribuição da população pelo território, criando incentivos à mobilidade das populações;
- Aumentar o grau de escolarização dos jovens e diminuir o número de analfabetos adultos, em particular da população rural, de forma a elevar a sua inserção no mercado de trabalho e na vida económica;
- Promover soluções para os principais problemas da juventude e alcançar os grandes objectivos de democracia participativa e de desenvolvimento social;

- Aumentar o nível de bem-estar e a independência económica da população idosa;
- Promover a dignidade, a autonomia e autossuficiência económica dos indivíduos portadores de deficiência.

2. Reforma Tributária e das Finanças Públicas

- Diversificar as fontes de receita e aumentar a estabilidade financeira nacional, através da implementação de medidas que aumentem a receita tributária não-petrolífera e garantam um efectivo combate à evasão e fraude fiscais;
- Garantir a estruturação do sistema de gestão das finanças públicas, fazendo acompanhar a desconcentração e descentralização da administração pela desconcentração e descentralização financeira, nomeadamente revendo as competências da Administração Tributária a nível central e local.

3. Promoção do Crescimento Económico, do Aumento do Emprego e de Diversificação Económica

- Promover o crescimento equilibrado dos vários sectores de actividade económica, centrado no crescimento económico e na expansão das oportunidades de emprego;
- Valorizar os recursos naturais, possibilitando o alongamento das cadeias de valor e a construção de clusters e fileiras com base nos recursos endógenos;
- Aumentar a autossuficiência do país, através da gradual substituição das importações;
- Alcançar níveis elevados de emprego, produtividade e competitividade, bem como a valorização e a diversificação estrutural da economia angolana;
- Ampliar a diversificação da economia através do fomento empresarial privado;
- Promover a criação de uma classe empresarial preparada para dinamizar a actividade económica e o surgimento de novas empresas, nomeadamente de base nacional;

- Promover uma política de prioridade ao emprego e valorização dos recursos humanos nacionais;
- Promover a inserção e reinserção na vida activa;
- Apoiar a formação profissional ao longo da vida;
- Modernizar a organização do trabalho;
- Aumentar o valor acrescentado das exportações petrolíferas;
- Aumentar e diversificar as exportações não-petrolíferas, promovendo os sectores com vantagens comparativas de custos nos mercados internacionais.

4. Inserção Competitiva de Angola no Contexto

- Criar condições favoráveis para a modernização do país e para a melhoria da competitividade de Angola num mundo cada vez mais globalizado e incerto;
- Combater todas as formas de concorrência desleal e de actos lesivos ao funcionamento dos mercados;
- Apoiar as empresas de capitais maioritariamente angolanos a ultrapassar o desnível competitivo que as separa das empresas de referência internacionais;
- Participar e influenciar o processo regional de criação de uma ordem justa e democrática em África e no mundo, procurando soluções colectivas para os problemas do continente e para os problemas internacionais na base do direito internacional e reconhecendo um papel central à União Africana e à ONU;
- Contribuir para a eliminação de focos de tensão e conflitos bem como para a prevenção dos mesmos, nomeadamente nas regiões circunvizinhas;
- Proteger os interesses do país no exterior e promoção da imagem de Estado democrático e de direito, de economia social de mercado e com uma política externa independente.

5.4. APOSTAS DE DESENVOLVIMENTO

Segundo o PND (2013-2017) a aposta na diversificação sectorial da economia deverá conceder a primazia às actividades com maior potencial de crescimento e de criação de emprego. Tendo em conta a posição geográfica, o clima favorável, a aptidão dos solos e a riqueza dos recursos piscícolas, a agricultura, silvicultura, pecuária e pescas deverão ser sectores estratégicos; e, tendo em conta as respectivas relações de input-output, as agro-indústrias, os materiais de construção e o comércio em geral tenderão a crescer rapidamente, reduzindo a actual excessiva dependência das importações.

Com a entrada da Nova Pauta Aduaneira em Março de 2014, favorecerá a produção interna e a industrialização de Angola, desenvolvendo assim o mercado interno. Esta pauta fará naturalmente que à fase inicial de exportação para Angola se junte um processo de investimento directo em Angola e de criação de capacidade produtiva por parte das empresas que previamente exportavam para Angola.

Nova Pauta Aduaneira: Principais Novidades

- Adopção de medidas de salvaguarda de combate ao dumping para protecção da produção nacional;
- Actualização e adaptação à versão 2012 da Nomenclatura do Sistema Harmonizado;
- Revisão generalizada das taxas dos direitos de importação e do Imposto de Consumo aplicáveis às mercadorias importadas;
- Subida da taxa máxima de Direitos Aduaneiros de 30% para 50%;
- Adequação da Pauta Aduaneira à nova Lei do Investimento Privado;

- Revogação de todas as isenções de Emolumentos Gerais Aduaneiros (Revista Negócios Angola Portugal, CCIPA, N.º 97 de 2014).

É importante que, se materialize o potencial de crescimento, a existência de um regime de concorrência vibrante e de qualidade, para que os investimentos, daí decorrentes, se pautem pelos critérios de custo de oportunidade e de upgrade/continuidade dos equipamentos e processos produtivos, tendo por referência padrões internacionais.

O crescimento e de desenvolvimento de Angola também deverá assentar noutras vantagens competitivas, como:

- A dimensão geográfica, a provável descoberta de novas e importantes reservas de petróleo, gás natural e outros minerais;
- As potencialidades energéticas, execução dos actuais ambiciosos programas de infra-estruturas bem como a expansão dos serviços em geral e dos transportes, banca, educação e saúde, em especial.

6. INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO

Segundo com o World Investment Report publicado pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), Angola tornou – se mais importante a nível mundial enquanto receptor de IDE, do que emissor. Em 2010 o país posicionou-se em 25.º lugar do *ranking mundial* enquanto receptor (0,8% do total mundial), num universo de 208 países, e ocupou a 52.^a posição no conjunto dos países emissores (0,1%).

Angola terá recebido entre 2008 e 2012 cerca de 64,4 mil milhões de dólares de investimento directo estrangeiro (média anual de cerca de 12,9 mil milhões de dólares) e, segundo estimativas da EIU, o stocktotal de IDE atingiu 115,5 mil milhões de dólares, correspondendo a 93,7% do PIB, fruto do modelo de desenvolvimento adoptado (ZEE) e do PND.

Ainda assim, o investimento angolano no estrangeiro tem sido reduzido, sendo que nos últimos cinco anos o país investiu 6,8 mil milhões de dólares, o que se traduz numa média anual de cerca de 1,4 mil milhões de dólares.

A fonte de atracção desses investidores prende-se sobretudo às riquezas existentes em petróleo e outros recursos naturais, estando os investimentos externos envolvidos em diversos sectores, particularmente os relacionados com o petróleo. Nas actividades não-petrolíferas, o principal interesse recai sobre a indústria transformadora, a reabilitação das infra-estruturas e a agricultura, prevendo-se a sua intensificação no futuro próximo.

Segundo a antiga Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP), no primeiro semestre de 2012, o investimento privado nos sectores não-petrolíferos terá superado mais de mil milhões de dólares. O sector da indústria transformadora lidera a lista dos investimentos, seguindo-se a prestação de serviços, o comércio por grosso e a retalho, a construção e o design. As províncias de Luanda, Benguela e Bengo, são as regiões do país que mais beneficiarão com estes investimentos privados.

Quadro.3 – Fluxo de Investimento Directo

	2008	2009	2010	2011 ^a	2012 ^a
Investimento estrangeiro em Angola	16.581	11.672	9.942	12.565	13.642
Investimento de Angola no estrangeiro	2.570	8	1.163	1.250	1.850
Posição no "ranking" mundial					
Como receptor	20 ^a	28 ^a	25 ^a	n.d	n.d
Como emissor	44 ^a	105 ^a	52 ^a	n.d	n.d

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU) e UNCTAD - World Investment Report 2012

Nota: (a) Estimativa

O estudo feito pela Ernst Young (2012) demonstrou que, entre 2003 e 2011, cerca de 80% dos fluxos de IDE se destinou ao sector petrolífero que, a par da indústria extractiva em geral, deverá continuar a ser a maior fonte de atracção de capital estrangeiro. Embora os sectores do petróleo e gás sejam os que atraíram mais capital, foi nos serviços financeiros que se verificou o maior número de projectos (42,5% do total).

Um dos indicadores para projecção internacional de Angola nas competitividades e na aceleração da transição da economia, da fase factor-driven para efficiency-driven, reside na captação de fluxos de IDE, em associação com investimentos internos. E uma outra condição indispensável é a melhoria da governance pública, orientada designadamente para a clarificação e simplificação legislativa, para celeridade e impessoalidade administrativa, particularmente em matéria de licenciamento empresarial, e para aplicação inequívoca da “rule of law” na litigância jurídica sobre interesses empresariais. Contudo em termos de facilidade em fazer negócios, Angola está classificada apenas em 172.º lugar no ranking da Doing Business (2012), num conjunto de 185 países.(G.C REPORT 2014, Rank 142).

6.1. LEI DO INVESTIMENTO PRIVADO

Os investimentos privados em Angola são regulamentadas através da nova Lei n.º 20/11, de 20.05. Este novo diploma legal pretende adequar, de uma forma mais eficaz, os incentivos fiscais concedidos ao investidor e o impacto socioeconómico dos investimentos realizados no país, bem como, adaptar o regime à nova realidade constitucional de Angola e à reforma tributária actualmente em curso. E ela não aplica a projectos de investimento aprovados no âmbito da legislação anterior, sendo, porém, aplicável a projectos que ainda se encontrem pendentes à data de entrada em vigor do diploma.

A nova Lei introduz alterações significativas no regime do investimento privado (interno e externo), com os seguintes objectivos:

- atrair investimentos de valor mais elevado (preferencialmente nos sectores estruturais da economia angolana);
- vedar a entrada no país de investimentos que se cifrem abaixo de 1.000.000,00 de USD, por cada projecto e por cada investidor.

- **As principais operações de investimento estrangeiro:**

- a) Transferência de fundos próprios do exterior;
- b) Aplicação de disponibilidades em moeda externa em contas bancárias em Angola, por não residentes cambiais;
- c) Aplicação de fundos no âmbito do reinvestimento externo;
- d) Importação de máquinas, equipamentos, acessórios e outros meios fixos corpóreos;
- e) Incorporação de tecnologias e *know how*.

O novo regime impõe a existência de uma negociação entre o potencial investidor e as autoridades competentes.

- **Fases de Apresentação e Aprovação:**

1º) Apresentação de Proposta à APIEX A proposta de projecto de investimento a apresentar à APIEX deverá incluir:

- i) todos os documentos de caracterização jurídica, económica, financeira e técnica do investidor e do investimento (estudo de viabilidade, avaliação da pertinência de acesso a incentivos e facilidades, o cronograma de implementação, entre outros);
- ii) estudo de avaliação de impacte ambiental (se aplicável).

2º) Notificação, pela APIEX, para rectificação da proposta (eventual)

3º) 15 dias para resposta por parte do Investidor

4º) Aceitação da proposta pela APIEX

5º) Início do prazo geral de 45 dias para decurso das negociações (prorrogável por mais 45 dias)

6º) Início do prazo geral de 30 dias para avaliação da proposta e negociação com a Comissão de Negociação de Facilidades e Incentivos (CNFI)

7º) Emissão de parecer final por parte da CNFI

8º) Remessa do parecer final ao órgão de aprovação, pela APIEX, no prazo de 5 dias:

a) Projectos até 10 milhões de USD: aprovação, no prazo de 15 dias, pelo Conselho de Administração da APIEX (tendo em linha de conta o parecer vinculativo a emitir pelo Ministério das Finanças, no que respeita aos incentivos e benefícios fiscais a conceder);

b) Projectos superiores a 10 milhões de USD: aprovação, no prazo de 30 dias, pelo titular do poder executivo (Presidente da República de Angola, enquanto Chefe do Executivo), após apreciação prévia do Conselho de Ministros;

c) Projectos superiores a 50 milhões de USD: o Chefe do Executivo pode constituir e definir a composição de uma CNFI *ad hoc*, para efeitos de negociação com o potencial investidor e posterior emissão de decisão final.

9º) Aprovação ou indeferimento da proposta.

10º) Emissão, pela APIEX, do Certificado de Registo de Investimento Privado (CRIP), no prazo de 15 dias (no caso de aprovação).

CAPITULO II - OPÇÕES METODOLÓGICAS DO ESTUDO

1. HIPÓTESES

Segundo (Carlos, 2003, p.55) definiu hipótese; que é sinónimo de suposição, ou afirmação categórica que pode ser positivo, negativo ou condicional, ainda não testada.

- 1- Os IDE criam postos de trabalho e rendimentos.
- 2- Os IDE contribuem para crescimento económico.
- 3- Os IDE e geram desenvolvimento económico.
- 4- Os IDE influenciam o IDH angolano causando impactos sociais.
- 5- As políticas económicas e a estabilidade é uma das fontes de atracção dos IDE.

2. VARIÁVEIS

Segundo (Freixo, 2012) definiu variável como qualquer característica da realidade que pode tomar dois ou mais valores mutuamente exclusivos.

2.1 Variável Dependente

- a) Os Investimento Directo Estrangeiro (IDE).

2.2 Variável Independente

- 1- Crescimento económico
- 2- Desenvolvimento económico

3. GRUPO DE SUJEITOS

Trabalharemos com os relatórios, balanços e boletins informativos do BNA, INE, ANIP-APIEX – Agência Nacional de Investimento Privado, Ministério das Finanças, Economia, e outras entidades, analisando o fluxo dos IDE em Angola a partir de 2008 á 2012 e o seu impacto face ao crescimento e desenvolvimento económico de Angola.

4. MODO DE INVESTIGAÇÃO

Do ponto de vista dos objectivos do problema, segundo (Gill, 1991:8) usar-se-á nesta investigação o método exploratório com vista procurar maior familiaridade com o problema, tornando o mais explícito, na construção de hipóteses, envolve levantamento bibliográfico, entrevista, e estudo de caso.

5. INSTRUMENTOS DE INVESTIGAÇÃO

Vamos utilizar o entrevistas e a observação de relatórios, balanços e boletins informativos sobre os IDE em Angola.

6. PROCESSAMENTOS E TRATAMENTOS DE DADOS

No tratamento de dados recolhidos, foi utilizado o programa Microsoft Office Excel 2007, Microsoft Office Word 2007.

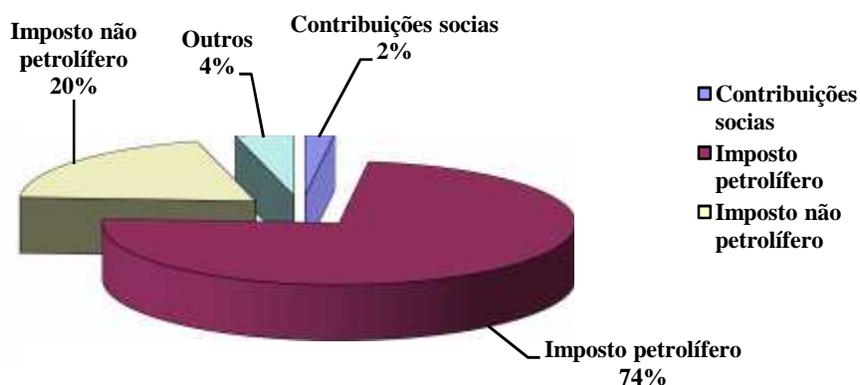
7. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Devido à falta de meios e à dificuldade na obtenção de respostas a questionários e entrevistas, foi necessário basear esta análise em estudos de caso já realizados. Como tal, e para exercer um estudo o mais próximo da realidade possível.

7.1. No ponto de vista económico:

Estima-se que o modelo de criação de ZEE para fomentar o desenvolvimento em Angola empregue cerca de 3000 trabalhadores e que crie cerca de 2 milhões postos de trabalho indirectamente ligados à ZEE Luanda/Bengo para que se possa combater a taxa de desemprego. Actualmente Angola vive um ambiente de absoluta pacificação, tendo saído, em 2002, de uma guerra civil que assolou o país durante 27 anos. Angola constitui uma potência regional no contexto da África Subsariana, convergindo para uma economia de mercado.

Gráfico 01 – Receitas Públicas

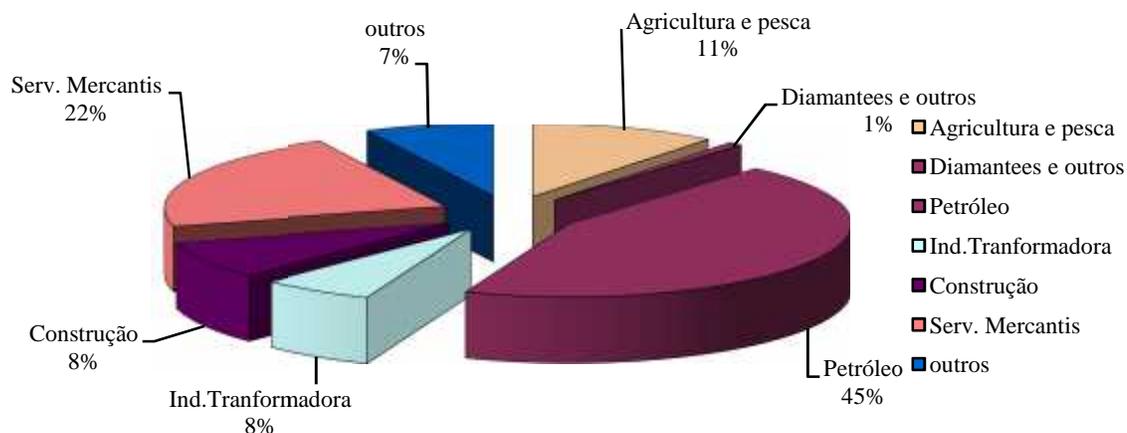


Fonte: Adaptado pelo autor com a base de dados do Ministério das finanças (estimativa)

Angola é rico em recursos naturais, com destaque para o petróleo, mas onde também se incluem diamantes, minério de ferro, fosfatos, cobre, ouro, e urânio. Este gráfico mostra a rendimento de cada sector da actividade económica, e faz-nos perceber

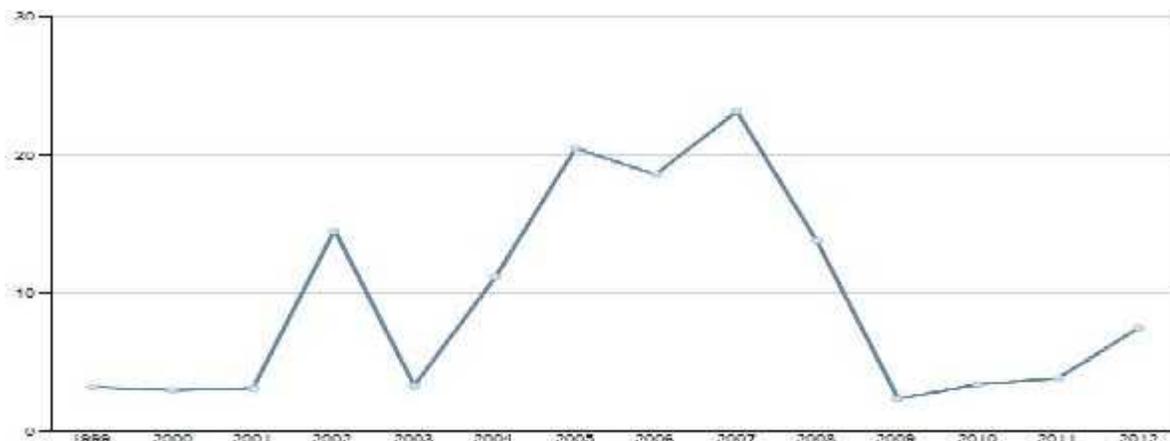
que o Sector petrolífero represento cerca de 74% dos fluxos das receitas publicas, fortemente impulsionado pelos investimentos.

Gráfico 02 – Distribuição do PIB por Sector de Actividade - 2012



Fonte: Adaptado pelo autor com a base de dados do BNA - 2012

Neste gráfico ilustra que o petróleo tem um grande peso na renda nacional com uma representação de 45%. A agricultura de subsistência constitui o principal recurso para a maioria da população, Ocupando a maior força laboral, representa menos de 12% do (PIB) total.



Fonte: UNCTAD

Este gráfico mostra a taxa média de crescimento económico entre 2003 e 2008, situou-se em 14,8% ao ano fruto dos IDE, posicionando Angola no topo dos países com

maior crescimento a nível mundial, o impacto da crise financeira global e a quebra na produção petrolífera provocou um abrandamento significativo do crescimento entre 2009 e 2011, para uma média de apenas 2,5%. Em 2012, o aumento na produção petrolífera angolana, contribuiu decisivamente para impulsionar a actividade económica, bem como para um forte desenvolvimento do sector não - petrolífero, não surpreendendo que o crescimento do PIB se tenha fixado em 8%.

Quadro.4 – Evolução da Balança Comercial

	2009	2010	2011	2012	2013 P	2014 P
Balança Comercial, 2009–2014	18,243	33,105	47,082	50,261	45,725	43,132
Exportações, f.o.b.	40,903	49,772	67,310	72,601	70,951	71,450
Petróleo	39,346	47,806	63,765	69,752	67,865	68,180
Produtos petrolíferos refinados e gás	532	722	1,052	1,127	1,254	1,333
Diamantes	814	976	1,205	1,162	1,243	1,331
Outros	212	267	1,288	561	589	606
Importações, f.o.b	22,660	16,667	20,228	22,340	25,226	28,318
Sector petrolífero	4,326	3,158	3,371	3,571	3,592	3,700
Sector não-petrolífero	18,334	13,508	16,858	18,769	21,634	24,618
Coefficiente de cobertura (%)	180,5	298,6	332,8	325,0	281,3	252,3

Fonte: Autoridades Angolanas e estimativas e projecções dos técnicos do FMI.
Milhões de dólares norte-americanos

Esta balança comercial angolana apresenta elevados saldos positivos. Esta situação resulta basicamente das exportações de petróleo, que representam a quase totalidade das vendas ao exterior. Estima-se que em 2013 as exportações de petróleo tenham registado uma diminuição de 2,7% face ao ano anterior, enquanto as importações registaram uma subida de 0,6%.

O alto nível de crescimento das exportações reflecte o aumento da produção petrolífera. Por outro lado, a relativa estabilidade do Kwanza, disponibilidade de moeda estrangeira proveniente das exportações e o forte desenvolvimento da economia, conduziram a elevadas taxas de crescimento das importações, embora inferiores ao ritmo de crescimento das exportações.

Há que ter em conta que os constrangimentos em termos de infra-estruturas portuárias e rodoviárias têm condicionado bastante o crescimento das importações.

Em 2009 foi marcado como o ano de uma forte quebra das exportações (-36,1% face ao ano anterior), em consequência, fundamentalmente, da descida acentuada do preço do petróleo (durante o primeiro semestre do ano) e também da diminuição da produção. No mesmo período, as importações continuaram a sua trajectória ascendente (+8%).

Nos últimos anos, impulsionadas pelo aumento do preço do petróleo a nível internacional, as exportações angolanas registaram um aumento considerável, totalizando cerca de 72,6 mil milhões de dólares em 2012 e prevendo-se que em 2013 tenham atingido os 71 mil milhões de dólares.

Quadro.5 – TOP 5 Clientes

Exportações	2011	2012	2013	Quota %
China	24.361	33.710	31.970	48,6%
Índia	6.842	6.932	5.526	8,4%
Estados Unidos da	10.625	6.595	5.021	7,6%
Taiwan	5.386	4.700	4.338	6,6%
Canadá	5.850	3.520	3.305	5,0%

Fontes: S.N.A, Minist. dos petróleos, geologia e minas, pescas e do Inst. do café. (Milhões de dólares norte-americanos)

De acordo com o Serviço Nacional de Alfândegas (SNA), desde 2008 que a China ultrapassou os Estados Unidos da América (EUA) enquanto principal destino das exportações angolanas, distanciando-se cada vez mais na liderança, em consequência do aumento das aquisições de petróleo. Em 2012, foi a vez da Índia ultrapassar os EUA enquanto principal destino das exportações angolanas, tendência que se manteve em 2013. De salientar que estes três países assumem, tradicionalmente, uma

grande importância enquanto clientes de Angola, tendo representado 64,7% das suas exportações totais em 2013.

Angola é o principal parceiro da China no continente africano e o segundo maior fornecedor de petróleo, depois da Arábia Saudita. Cerca de 48,6% das exportações actuais de petróleo angolano destinam-se à China.

Outros clientes importantes são Taiwan (6,6%), Canadá (5,0%) e Espanha (4,9%). O conjunto dos cinco principais clientes, conforme (Quadro.5), representou 76,2% das exportações de Angola em 2013.

Quadro.6 – TOP Fornecedores

Importações	2011	2012	2013	Quota %
Portugal	3.455	5.398	4.567	16,5%
China	1.837	3.527	3.065	11,1%
Estados Unidos da	1.748	2.067	1.663	6,0%
Brasil	940	1.480	1.261	4,6%
África do Sul	950	1.543	1.247	4,5%

Fontes: S.N.A, Minist. dos petróleos, geologia e minas, pescas e do Inst. do café (Milhões de dólares norte-americano)

No que diz respeito às importações, Portugal constitui-se como o principal fornecedor de Angola, tendo representado 16,5% do total das importações em 2013, seguido da China, com uma quota de 11,1%. Dos restantes fornecedores, destacam-se os Estados Unidos da América (6,0%), o Brasil (4,6%) e a África do Sul (4,5%).

Quadro.7 – Principais Produtos Transaccionados – 2013

Exportação grupos produtos	2013	%	Importação grupos produtos	2013	%
Combustíveis	66.599	98,3%	Veículos e o. mat. de	6.973	25,2%
Agrícolas	50	0,1%	Máquinas, equip. e aparelhos	5.505	19,9%
Madeira e cortiça	n.d	-	Agrícolas	3.078	11,1%
Metais comuns	n.d	-	Metais comuns	2.750	9,9%
Outros produtos	1.122	1,7%	Combustíveis	2.070	7,5%

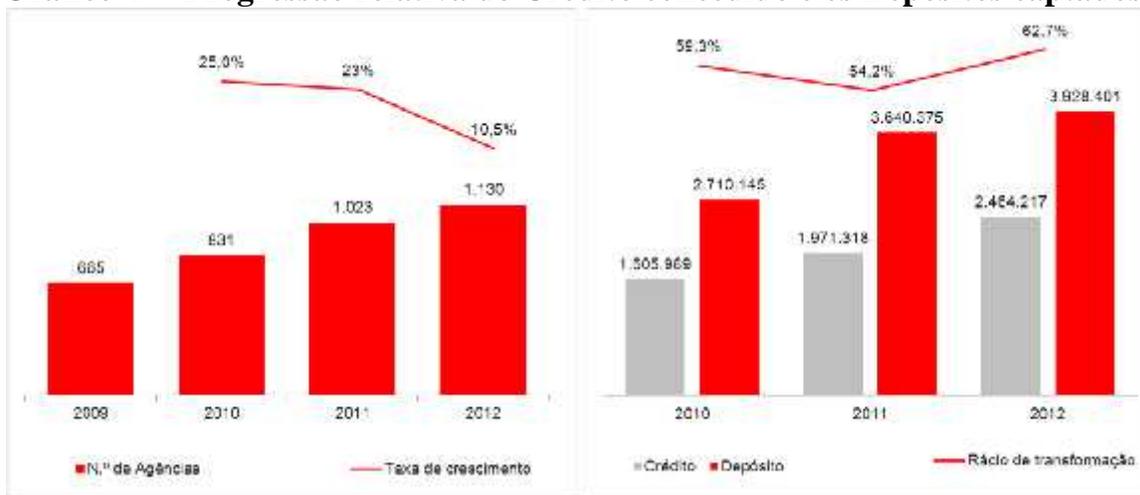
Fontes: S.N.A, Minist. dos petróleos, geologia e minas, pescas e do Inst. do café. (Milhões de dólares norte-americanos).

No que diz respeito aos principais produtos exportados por Angola, os últimos dados disponibilizados pelo SNA, permitem relevar a importância fulcral dos produtos energéticos para a economia angolana (98,3% do total das exportações em 2013), o que deixa a balança comercial do país muito vulnerável à flutuação do preço do petróleo nos mercados internacionais.

As importações são constituídas por um vasto leque de produtos, dos quais se destacam os seguintes grupos: veículos e outros materiais de transporte (25,2% do total de 2013); máquinas, equipamentos e aparelhos (19,9%); produtos agrícolas (11,1%); metais comuns (9,9%) e combustíveis (7,5%). Este conjunto de produtos foi responsável por 73,6% das importações totais de Angola em 2013.

Gráfico 3 – Relação entre nº de Agências e a Taxa de crescimento.

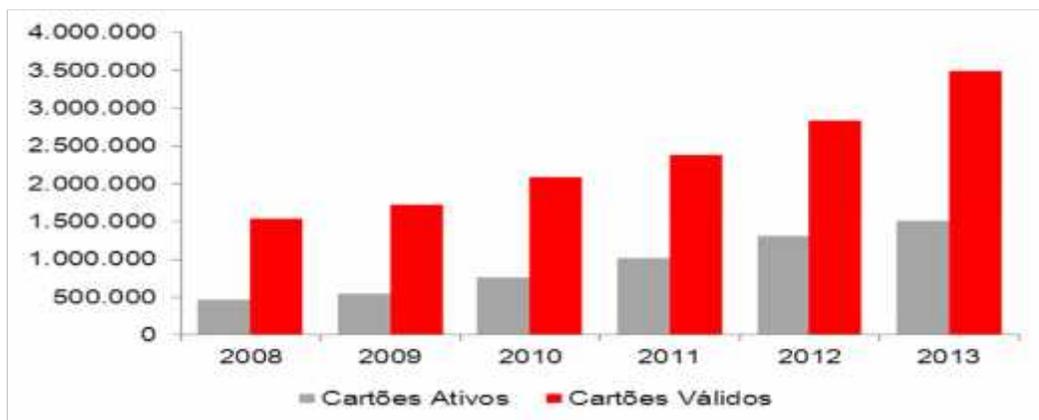
Gráfico 4 – Progressão relativa do Crédito concedido e os Depósitos captados.



Fontes: BNA; Deloitte e KPM

Este gráfico mostra que, a bancarização da economia, sendo ainda baixa, está a progredir rapidamente, com a abertura de novas agências bancárias, por todo o País, em especial por parte dos principais bancos – o nº de balcões praticamente duplicou entre 2009 e 2012, de 665 para 1.130. A progressão relativa do crédito concedido e dos depósitos captados, bastante significativas, no quadriénio 2009-2012, conduziu, com oscilações, a um incremento lento do rácio de transformação.

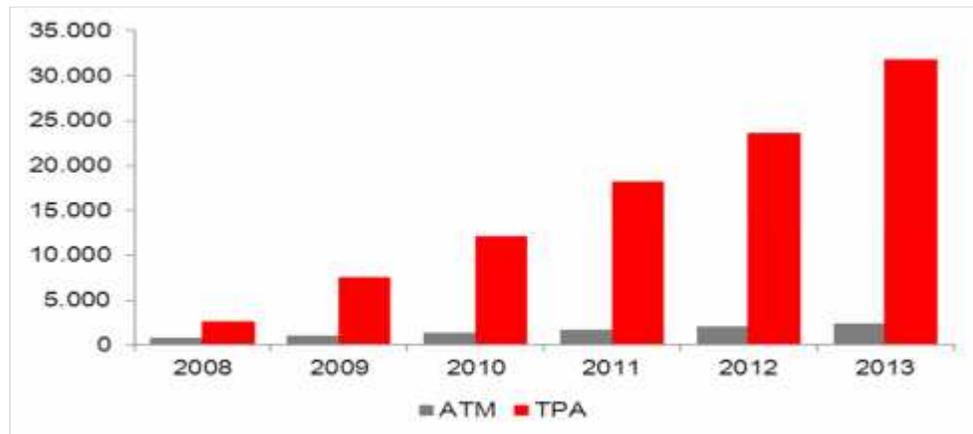
Gráfico 5 - Evolução do n.º de Cartões



Fonte: EMIS

Neste gráfico é possível notar a evolução das redes de cartões de débito e de crédito, das caixas automáticos (ATM) e dos terminais de pagamento automático (TPA), espelham bem esta dinâmica. Estima-se que o número de cartões válidos registou um aumento de cerca 23% em 2013, enquanto o número de cartões activos subiu 15%.

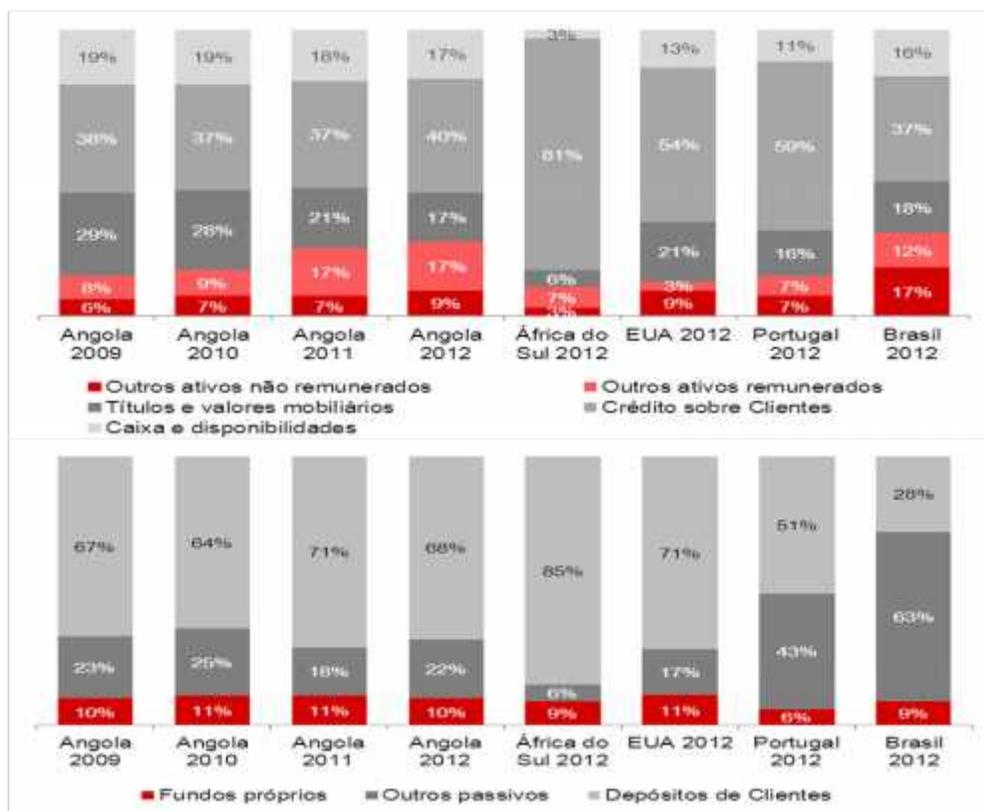
Gráfico 6 - Evolução do n.º de TPA e ATM



Fonte: EMIS

Aqui, o crescimento do número de terminais de pagamento automático (TPA) tem sido muito positiva e, em 2013, representou um crescimento de 34,7. No que respeita aos caixas automáticos, a sua evolução também é positiva, no entanto a base de partida ainda é pequena. Em 2013, um cresceu de 15,9%.

Gráfico 7 – Estrutura de Activos e Passivos



Fonte: Bancos Nacionais; Demonstrações Financeiras dos Bancos.

Na primeira demonstração gráfica, mostra a estrutura de activos consolidada do sector cresceu em 2012 cerca de 15%, tendo o peso do crédito a clientes subido 3 pp para 40%, o que já ultrapassa, por exemplo, o Brasil mas ainda está distante do que se verifica nas economias desenvolvidas. Em 2012, na estrutura de financiamento do activo, o peso dos depósitos dos clientes reduziu-se também em 3 pp, para 68%, em contrapartida do aumento do peso dos outros passivos, para 22%.

Já na segunda posição, o gráfico ilustra o rácio de transformação de depósitos em crédito, como se referiu, tem vindo a subir mas permanece ainda baixo, o que significa existir liquidez no sistema, devido à poupança gerada em Angola, para financiamento de novos projectos de investimento. O aumento do crédito a clientes, particularmente o concedido a PME, defronta dois problemas estruturais sérios: a qualidade da informação contabilística e financeira, que é ainda muito deficiente, e

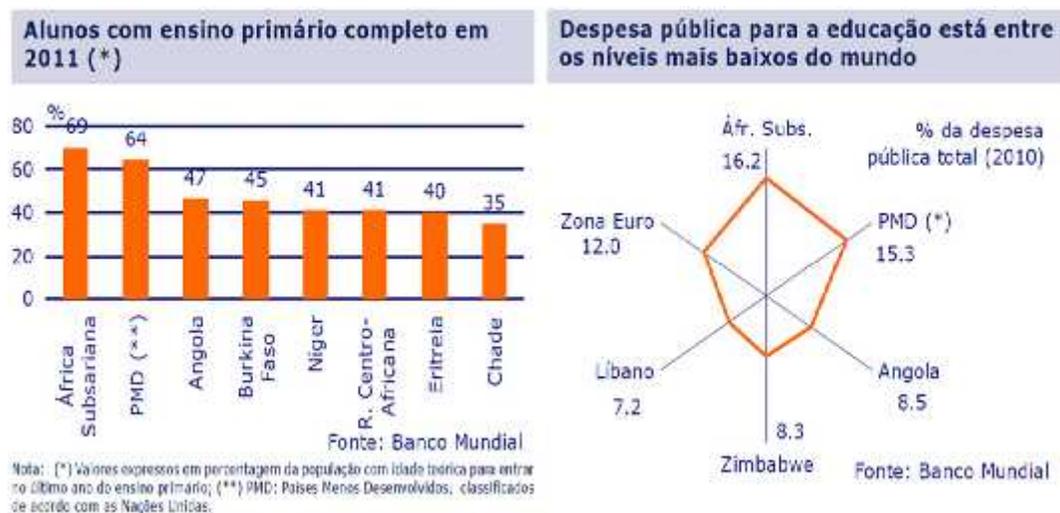
a exigência de garantias, seja em activos líquidos seja avales pessoais, que não consegue ser satisfeita por parte destas empresas. Por outro lado, a taxa de crédito mal parado é excessiva.

Contudo, a percentagem de PME com acesso ao crédito praticamente duplicou entre 2006 e 2010 e continua, lentamente, a aumentar. Entretanto, o rácio de crédito vencido subiu significativamente em 2012 para 11%, tendo-se situado em 8% em 2010 e 6% em 2011.

7.2 No ponto de vista Social:

Gráfico 08 - Alunos primário indo entre os níveis mais baixo do mundo.

Gráfico 09 – Despesas públicas indo para educação em 2011(*).



A formação e a qualificação do capital humano, constitui o vector primordial para o desenvolvimento económico e social de. As debilidades do sector da educação implicam que é necessário começar pelo princípio, desde a qualidade do ensino primário e, em simultâneo, desenvolver o ensino técnico dos ofícios e ampliar e credibilizar o ensino superior. Este é, hoje em dia, o maior desafio da economia - conseguir preparar mão-de-obra, nos diferentes graus de ensino, com o conhecimento e desempenho necessários, para elevar a posição do país nos indicadores internacionais da competitividade, onde outros levam grande avanço.

Com uma população a crescer a 3% ao ano, com apenas 47% dos alunos em idade escolar a completar o ensino primário, de quatro anos, e com um forte problema estrutural de falta de qualidade no ensino, a missão da escola pública é enorme. Será, necessário, desde logo no ensino primário, em simultâneo, repensar o sistema de aprendizagem, modernizar as instalações e equipamentos escolares, requalificar os professores e os métodos de ensino, avaliar as escolas e criar um sistema apropriado de incentivos e penalizações, em linha com os benchmarks internacionais. E por outro, o baixo nível de literacia na população adulta empregada ou em idade de trabalhar exige fortes programas de formação profissional, em numerosas especialidades e competências, bem como vastos programas de formação superior universitária e politécnica para quadros e gestores. No Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas, Angola ocupava em 2012 a 148.^a posição (entre 187 países).

Quadro.8 – Indicadores selectivos de educação e saúde de Angola e da África Subsariana

	Angola		África Subsariana	
	2000	2010	2000	2010
Indicadores de Educação				
Alunos matriculados ens. secundário	14,9%	31,3%	26,1%	41,0%
Desp. pública educação / desp. pública	6,4%	8,5%	n.d.	n.d.
Nº anos médio escolaridade de alunos	4,4	4,7	n.d.	n.d.
Taxa de abandono ensino primário	n.d.	68,1%	n.d.	n.d.
Taxa alfabetização adultos	67,4%	70,1%	57,4%	59,8%
Indicadores de Saúde				
Indicadores de esperança vida à nascença	45,2	55,1	49,8	54,7
Gastos públicos e privados com Saúde	2,9%	3,5%	5,9%	6,4%
Nº mmédicos por mil pessoas	0,077	0,166	0,169%	0,160%
Pop. rural com redes sanitárias	11,1%	19,4%	20,5%	23,6%
Pop. urbana com redes sanitárias	74,5%	85,8%	40,7%	42,1%
Prevalência de VIH / Pop. activa	1,6%	2,1%	6,0%	4,9%
Taxa mortalidade infantil/1000 nados vivos	203,4	163,5	150,8	97,5

Fonte: Banco Mundial

Nota: Nalguns indicadores o ano é o mais aproximado

O Quadro.8 indica que, além dos baixos níveis de escolaridade, Angola apresentava ainda indicadores preocupantes em saúde, em particular nos índices de mortalidade infantil e subnutrição, bem como no nível de pobreza, que está associado à permanência da maioria da população activa na agricultura de subsistência e à desigualdade na distribuição de rendimentos.

CAPITULO II - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Podemos perceber nos dados da análise de conteúdo que, os investimentos directo estrangeiro (IDE) tem vindo a desempenhar um papel muito importante, relativamente na actividade económica, sendo Angola o sétimo país, no contexto do Continente Africano, que recebeu mais projectos de investimento entre 2003 e 2011.

Durante a pesquisa foi possível notar um desenvolvimento gradual e um crescimento robusto da economia resultante do fluxo dos investimentos, verificou-se também uma fraca participação dos IDE nos os sectores produtivos primário e secundário, e que, o modelo de desenvolvimento do país, as políticas e a estabilidade tem servido como fonte de atracção dos investidores.

Verificamos que os IDE contribuem no fomento ao emprego, renda. E notou-se que fraca qualificação nacional do ponto de vista do capital humano tem sido uma das grandes dificuldades que os investidores têm encontrado no exercício das suas activadas, limitando assim de forma parcial o fomento ao emprego.

Observamos em função a análise dos dados que, tem havido transferência de tecnologia e o know haw entre os investidores estrangeiros e os nacionais de forma gradual.

Notou-se um ligeiro declínio dos fluxos dos IDE nos finais de 2008 á 2009, fruto da recessão económica ocorrido neste período.

Tabela 3 - Análise das hipóteses

Hipóteses	Positivo	Gradual	Negativo
1	X		
2	X		
3		X	
4		X	
5	X		

CONCLUSÃO

A análise a que nos propusemos, reflecte Angola como sendo um exemplo paradigmático da intervenção dos IDE, e com as condições de partida do mercado interno angolano, a dinâmica de criação de riqueza não ocorrerá sem que o Estado assuma um papel de coordenador e de principal fomentador de um processo de redução de custos de contexto e de criação de externalidades positivas e de sinalização de transformações que o ambiente de negócios em Angola necessita para viabilizar a concentração de investimentos financeiros, de tecnologia e de capital humano, capazes de libertar o engenho criador do sector privado nacional.

Conclui-se que apesar dos esforços desenvolvidos, o ambiente empresarial é ainda desafiante, sendo que o país permanece muito dependente do investimento público e das condições, que se querem favoráveis, dos mercados mundiais de matérias-primas e dos recursos minerais. A economia actual encontra-se ainda excessivamente concentrada nos sectores do petróleo e gás e outras indústrias extractivas.

Os investimentos públicos em curso e programados possuem três pilares fundamentais: a valorização dos recursos naturais, a requalificação e criação de infra-estruturas e o incentivo/fomento ao tecido empresarial, definindo-se sectores e clusters estratégicos para uma economia mais robusta e produtiva.

É assim expectável que, nos próximos anos, o investimento privado nacional e internacional aumente, que apareçam novos grupos e empresários angolanos, que exista uma diversificação das actividades económicas, que o número de trabalhadores e volume de negócios médio por empresa aumente e que, no contexto da África Subsariana, o desenvolvimento económico e social de Angola comece a emergir como um caso notável sucesso.

RECOMENDAÇÕES

A título de recomendações, do trabalho desenvolvido achamos pertinentes sugerir o seguinte:

1. No decorrer do desenvolvimento do trabalho deparou-se com um fraco investimento no sector primário (agricultura, pecuária, pesca) e no sector secundário, recomendamos uma forte aposta nestes sectores, de modo a dinamizar e manter a estabilidade económica e social do país.

2. O trabalho foi desenvolvido no âmbito do investimento directo externo. Sugiro um estudo alargado do investimento efectuados pelos nacionais, o desenvolvimento, evolução, as garantias e a aceitabilidade dos projectos de investimento dos Angolanos em relações aos investimentos do exterior.

3. O estudo de como as empresas, tanto nacionais como estrangeiras contribuem com a responsabilidade social e como os colaboradores consideram ser a gestão de uma empresa estrangeira e de uma empresa nacional.

4. Reestruturação e requalificação das infra-estruturas sociais básicas, e a criação de novas infra-estruturas nomeadamente: Escolas, Hospitais, Estradas, Transportes, Energia e água.

BIBLIOGRAFIA

ANIP (2013) *Relatorio dos Investimentos Privados em Angola*.

Carlos.J (2003) *Metodologia Científica*, 3ª Edição, « s.n »

DAEFA (2012-2015) *Normas Orientadoras Preparação e Elaboração da Monografia*.
Universidade Jean Piaget Angola.

Dunning, J. (2000) *The Eclectic Paradigm as an Envelope For Economic and Business Theories of MNE Activity*. International Business Review.

Gonçalves, Rua et al (1998), *A Nova Economia Internacional: Uma Perspectiva Brasileira*. Rio de Janeiro, Campus, pp. 132 - 142

Guimarães, Maria H. (2005), *Economia e Política do Comercio Internacional: Teorias e Ilustrações*, São Paulo, S. Paulo Editora, pp. 30 - 50

INE (2013- 2014) *Boletim Informativo do Crescimento e do Desenvolvimento de Angola*.

Jacinto, Ana C. S. (2005) *O Alargamento da União Europeia a Leste e o Investimento Directo Estrangeiro em Portugal e nos Nossos Membros: Determinantes de Localização e Deslocalização de Empresas: Avaliação Econométrica dos Determinantes de Atracção de IDE aplicada a Portugal*. Universidade Técnica de Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, Mestrado em Gestão e Estratégia Industrial, UTL.

Mira Amaral, L.(1984) *O Ciclo de Vida dos Produtos e a Gestão Estratégica das Empresas*”, Texto adaptado de um artigo originalmente publicado na revista SERS.

Rocha.H (2013) *Determinantes do Investimento Directo Canário em Cabo Verde*. Unipiaget de Cabo Verde.

Rostow.W(1978) *Etapas do desenvolvimento económico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

Schumpeter, Joseph Alois(1982) *Teoria do desenvolvimento económico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo económico*. São Paulo: Abril Cultural.

Serra, Isabel Ferreira (2010). *Influencia do Investimento Directo Estrangeiro na Economia Brasileira*. Univ. Rel. Int., Brasília, v. 8, n. 1, p. 137-153, jan./jun. 2010 I. Serra.

UNCTAD (2007). “*World Investment Report: Transnational Corporations, Extractive Industries and Development*”. Nações Unidas, Nova Iorque e Genebra.

Victor, Carvalho e Associados (2011) *Guia dos Investimentos em Angola*.

Vaz-Freixo M.J (2012). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. 4ª Edição, Lisboa: Instituto Piaget.

Legislação:

Lei n.º 20/11, de 20.05., aprovou a nova Lei do Investimento Privado (LIP)

Sitografia:

http://www.tralac.org/files/2012/12/Medium-TermPlan-2009_2013-Portuguese.pdf

[Acedido em 23 de Setembro de 2013]

<http://www.besa.ao/ContentNews.aspx?id=921> [Acedido em 23 de Setembro de 2013]

ANEXOS